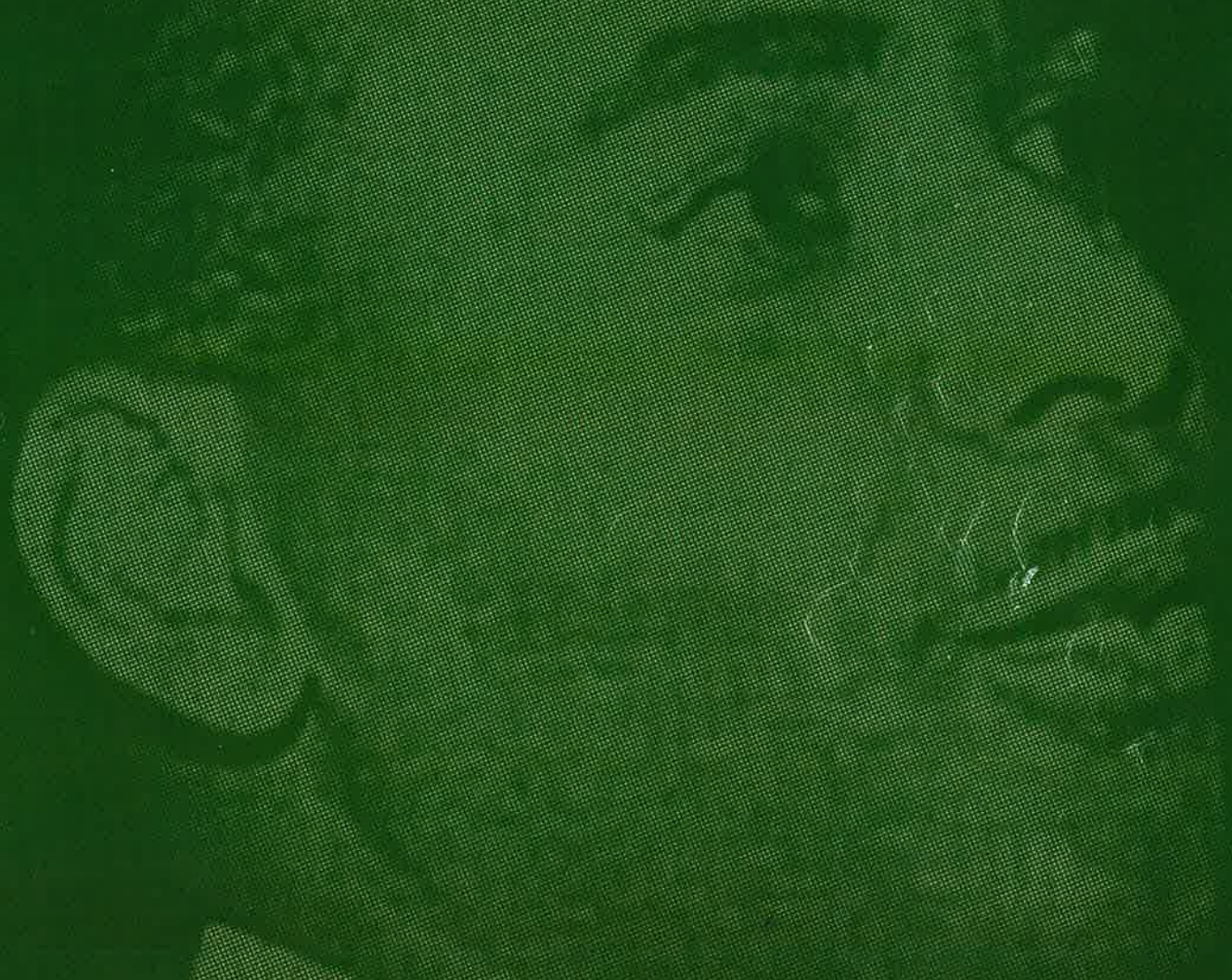




ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA
O Poder do Cidadão



Os Negros Assembléia

929 [dep/SP]
F756n
e.1



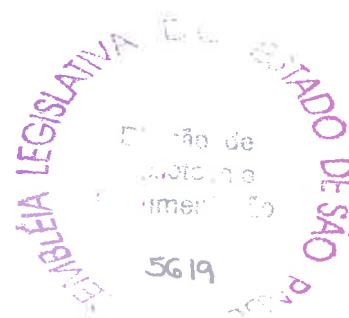
ALESP - 0010105619

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INSTITUTO DO LEGISLATIVO PAULISTA**

Convênio ALESP/ILP-UNESP

OS NEGROS NA ASSEMBLÉIA

CELSO FONTANA



Monografia do Curso de Especialização em Governo e Poder Legislativo
(Pós Graduação Lato Sensu)

ORIENTADOR: MILTON LAHUERTA

São Paulo
- 2005 -

Fontana, Celso Martins

Os Negros na Assembléia / Celso Martins Fontana. ---
São Paulo : Assembléia Legislativa do Estado, 2006.

72 p. : il.

Originalmente apresentado como trabalho de conclusão de curso
(Especialização em Governo e Poder Legislativo – UNESP /
ILP, 2005).

1. Assembléia Legislativa do Estado (SP) 2. Parlamentares negros
3. Políticas públicas 4. Racismo 5. Ações afirmativas I. Título

CDU 342.534(=414)

Apresentação

Logo no início do exercício desta Mesa, esta Presidência reuniu-se com o então Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Assembléia Deputado Renato Simões e com os integrantes do grupo Negros e Políticas Públicas para definir a implantação do serviço SOS-Racismo.

Um dos participantes daquela reunião de trabalho era Celso Fontana, autor desta monografia, que asseverou que todos os esforços para a promoção da igualdade racial agregam, positivamente, à imagem pública e cidadã dos parlamentares comprometidos com esta bandeira.

Nosso compromisso se expressa também por esta publicação, forma inequívoca de homenagear os valorosos deputados negros que orgulham nossa instituição.

Saudações pela igualdade

Deputado Rodrigo Garcia
Presidente



Apresentação

Por ocasião do 80º Aniversário do Nascimento do Deputado Esmeraldo Tarquínio, pareceu oportuno publicar a presente monografia sobre os parlamentares negros paulistas, que contém a biografia política dos diversos deputados estaduais negros, incluindo a do homenageado, talvez o maior político que o povo de Santos conseguiu construir.

Prestigiamos sua memória e a de João do Pulo, e homenageamos, em vida, excelentes parlamentares como foram Theodosina Ribeiro, Benedito Cintra, Nelson Salomé, Nivaldo Santana, Tiãozinho e Marcelo Cândido, estes três últimos com quem convivemos fraterna e proficuamente, abrindo os caminhos de José de Souza Cândido, eleito para a legislatura que se inicia no próximo dia 15 de março.

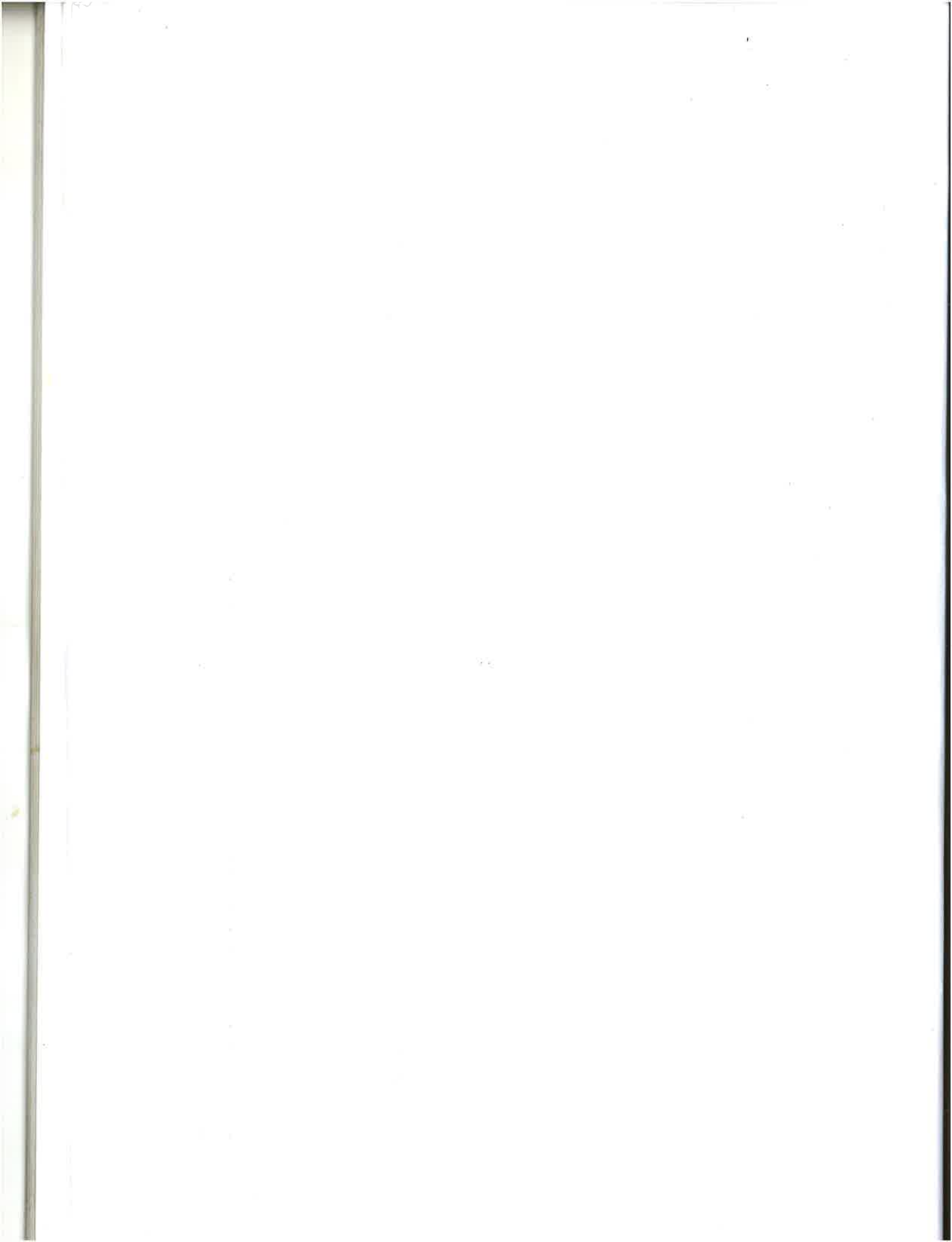
Ao mesmo tempo, prestigiamos o Instituto do Legislativo Paulista e a Unesp, que conseguiram realizar o curso de pós-graduação com especialização em Governo e Poder Legislativo.

E, finalmente, trazemos ao público um relato dos esforços da representação popular negra no Estado e um alinhavo de realizações e tarefas para a construção de políticas públicas para a promoção da igualdade racial, compromisso obrigatório das Casas Legislativas, que esta Mesa procura implementar.

Celso Fontana, ativista anti-racismo e funcionário desta Casa, há mais de 20 anos parece ter cumprido, ao menos em parte, a tarefa que o Movimento Negro lhe conferira.

Saudações pela igualdade.

Deputado Fausto Figueira
1º Secretário

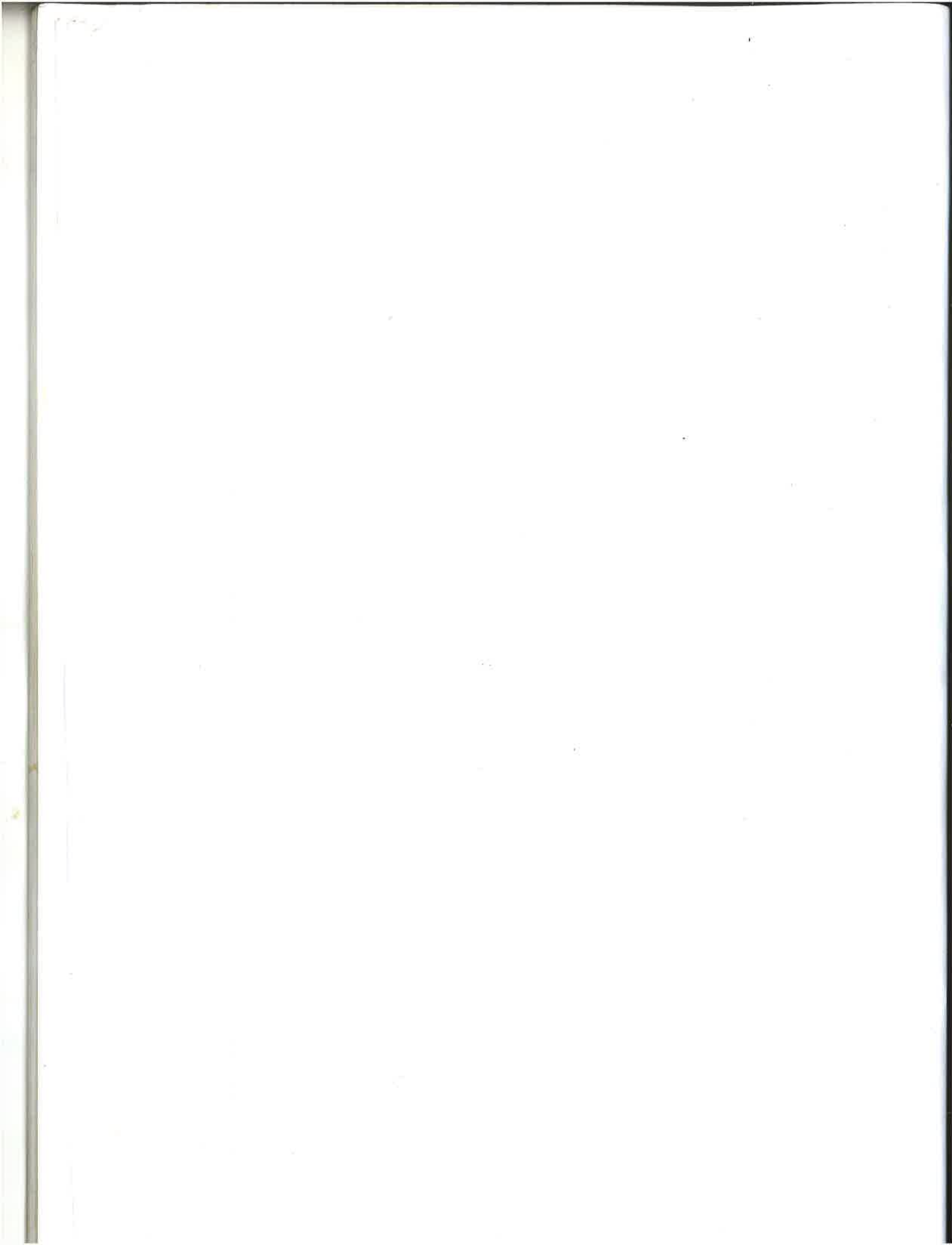


Apresentação

Os compromissos com a luta pela promoção da igualdade racial de lideranças nacionais como Leonel Brizola, Darcy Ribeiro, Carlos Alberto de Oliveira (Caó) e Abdias Nascimento e de lideranças regionais como seu Candinho são inequívocos, razão suficiente para fundamentar nossa decisão de publicar este livro e de homenagear os deputados estaduais paulistas nela biografados.

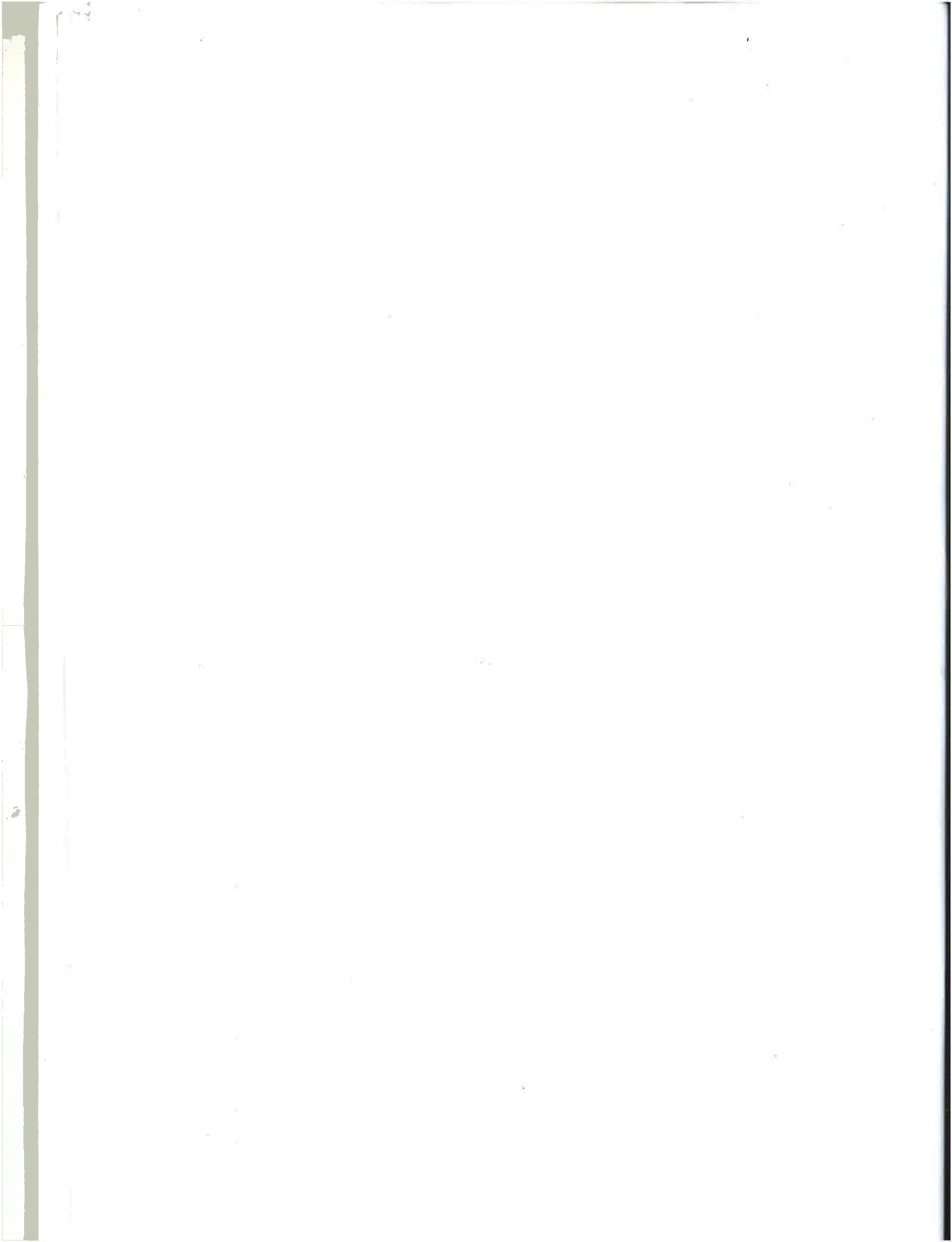
Saudações pela igualdade.

Deputado Geraldo Vinholi
2º Secretário



SUMÁRIO

1. Apresentação	11
2. Os Deputados Estaduais Negros	
2.1. Levantamento	13
2.2. Critério de Classificação como 'Negro'	14
3. Breve Biografia dos Inquestionavelmente Negros	16
• Esmeraldo Tarquínio	18
• Theodosina Ribeiro	19
• Benedito Cintra	21
• João do Pulo	21
• Nelson Salomé	22
• Nivaldo Santana	22
• Marcelo Cândido	23
• Sebastião Arcanjo (Tiãozinho)	24
4. Ponderações sobre os perfis biográficos	25
5. Enunciados de Conexão das Carreiras Políticas dos Deputados Negros	25
6. Eventos Memoráveis na ALESP	26
7. Legislação	27
8. Código de Acesso: A Aparência Branca como Pré-Requisito para Ocupar Uma Cadeira do Poder Legislativo: Duas Provocações	
8.1. Provocação Poética, Sintética	27
8.2. Provocação Teórica	28
9. A Assembléia como Lugar de Negro	31
10. A (quase) ausência de representação política negra	33
11. Parlamentares Negros Paulistas; uma inicial avaliação	34
12. A Relação entre o Negro e a Representação Parlamentar	35
13. Esmiuçando adversidades para candidaturas negras	37
14. Negros e o Funcionalismo da Assembléia	39
14.1. A inserção dos funcionários na luta contra o racismo	40
15. Organização Política dos Negros	
15.1. Período Colonial e Imperial	41
15.2. Período Republicano	44
15.3. Período Republicano Pós 64	45
15.4. Deputados Negros na Oposição	47
15.5. Nem todos são de oposição	48
15.6. A Contemporaneidade: Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial	49
15.7. E as Deputadas Negras, quando serão eleitas ?	48
16. Conclusão	51
17. Os Negros nos Partidos Políticos (e arredores)	53
Anexos:	
1- O Negro saindo da penumbra da História	57
2- Discriminação Racial e Funcionalismo	58
3- Conceitos	60
4- Participação dos Deputados Negros nas Comissões	63
5- Brancos e Relações Raciais	67
18. Bibliografia Utilizada	70



*“Onde quer que vá,
um negro permanece
um negro”
(Frantz Fanon)*

*‘Inclusive na Assembléia
Legislativa Paulista, no ILP e na UNESP’
(Celso Fontana)*

*“No sertão, todo moleque que não vive no
domínio de senhores perversos é feliz.”
(Luiz Gonzaga)*

*‘Para nossa felicidade,
Que a Assembléia não seja o domínio
de senhores perversos’
(Celso Fontana)*

1. Apresentação

Estabelecer uma leitura contra-hegemônica sobre o passado dos negros na Assembléia de São Paulo é o 1º objetivo desta monografia.

O conceito de ‘raça’, social e historicamente construído, é categoria autônoma de significativa relevância no processo de (quase total) exclusão do negro da composição da representação parlamentar do Poder Legislativo Estadual.

Alguns negros e apenas uma negra, em somatória inferior a 1% do total de parlamentares paulistas, ousaram romper o cerco da ‘branquitude’ da instituição parlamentar paulista, que completa, este ano, seu 170º aniversário.

Mesmo após a abolição legal da escravidão, em 1.888, a presença negra nas ‘cadeiras’ do poder foi excepcional, havendo legislaturas integradas apenas por ‘brancos’ (categoria que açambarca os ‘amarelos’).

Por outro lado, em avaliação geral que será detalhada durante a exposição, os poucos parlamentares ‘negros’ (categoria que reúne pretos e pardos na composição final do sistema de auto-classificação de cor do IBGE), demonstraram-se valorosos defensores da representação popular e dignificaram os mandatos que lhes foram conferidos.

Resgatar-se-lhes a memória de trajetórias de suas vidas públicas é tarefa imprescindível para valorizar a auto-estima dos negros (que alguns ainda insistem em chamar de afrodescendentes) e avançar a cidadania.

Cada um deles e, em especial, Theodosina, merece uma inteira monografia. Aguardamos ansiosamente o livro de memórias da exceção única da exclusão total da mulher negra paulista e já nos colocamos, pessoalmente, à

disposição da ex-Deputada para auxiliar.

Este inicial resgate, eu o faço com imensa alegria e consciência de responsabilidade, pois a convivência com quase todos os parlamentares negros só contribuiu para inverter a tendência à ‘naturalização’ da desigualdade racial tão comum a um escravocrata descendente como eu.

Mas não se trata de jogar loas. Como alertou-me o Professor Antônio Sérgio Araújo Fernandes, importante é estabelecer a conexão das carreiras políticas dos parlamentares negros, o que procuro desenvolver nos Capítulos 4 e 5.

Pesquisa mais detalhada e abrangente de pronunciamentos da tribuna, participações em plenário e em comissões permanentes e especiais, atividades de campanhas e de mandato, incluindo as iniciativas legislativas e fiscalizatórias, exigirá um grupo de pesquisadores, financiamento e prazo.

Ameniza a deficiente pesquisa minha boa memória e a grande variedade de documentos, leituras e participações pessoais em 21 anos de ativismo no movimento de consciência negra, completados no corrente ano.

No exíguo prazo de pesquisa, encontrei, para minha alegria, colegas, funcionários da Assembléia bem dispostos a colaborar. Nas figuras de César Augusto Rodrigues, diretor do Serviço de Apoio à Mesa, e de José Carlos Borges, diretor do Departamento de Comissões, agradeço a todos.

Repito sempre que sou ‘cria’ do movimento negro. Chegou a hora da ‘criatura’ retribuir a generosidade do ‘criador’...

Tenho esperança que esta monografia seja como Thoth, o mensageiro dos deuses – abra caminhos para aumentar a representação política da ‘comunidade’ negra, ‘empoderando-a’ e resultando no crescimento em número e qualidade da ocupação das cadeiras parlamentares por mais e mais mulheres e homens negros. Que todos honremos os ancestrais !

Registro os agradecimentos ao Coordenador da Unesp, Marco Aurélio Nogueira, que além de proporcionar inesquecíveis aulas e debates, traduziu “Elogio da Serenidade”, coletânea de reflexões do filósofo italiano, sempre sereno, Norberto Bobbio, que demonstra que esta virtude é fraca, mas não dos fracos, e me incentivou a ponderações que me permitiram, espero, fugir da redação de um medíocre libelo acusatório contra o racismo.

Agradeço ao meu orientador, Milton Lahuerta, que com suas aulas, palestras e textos tanto me incentivou. Em “A Democracia Difícil”(LAHUERTA; 2001) afirma como “É freqüente (...) a idéia de que os direitos, ainda que existam formalmente, não são estendidos da mesma forma e nem na mesma proporção para todos os setores da população”, fazendo com que muitos brasileiros dêem “as costas para as instituições públicas (...) desacreditando (...) na idéia de um bem comum” e que “Tal situação, além de acirrar o conflito social e a violência, tem exposto a sociedade brasileira (e paulista) a um cenário hobbesiano que na prática significa a negação do Estado de direito.”(pag. 35). O poeta popular já sintetizara:

*“Eu sou do povo,
Eu sou um Zé Ninguém
Aqui embaixo as leis são diferentes...”*

Segue, daí, o contorno da tese que defendo: para garantia do Estado Democrático de Direito, para o bem comum de toda a sociedade, é imprescindível o aumento da representação política dos negros. Sem esta construção nossa democracia continuará capenga...

Aproveitando o mote sonoro do grande escritor, negro e brasileiro, Cuti, mais do que ficar 'estu(m)dando', 'estu(m)dando', 'estu(m)dando' caminhos, urge construí-los. As ações afirmativas de promoção da igualdade racial são nossa bússola. Cotas mínimas 'raciais' de cumprimento obrigatório podem ser o trajeto. Aliás, deveríamos pensar em impor um limite máximo, um teto para a exagerada representação branca...

Inspirados no Professor Milton Santos, nome do Centro de Estudos do Instituto do Legislativo Paulista, que oxalá ajudarei a tirar do papel, ao invés de 'encrencarmos' com pequenos detalhes das cotas, preocupemo-nos como é que podemos contribuir, decisivamente, para a construção de um novo patamar de relações raciais, baseadas, não mais na escravidão e no racismo, e sim na igualdade de oportunidade e tratamento, com respeito às diferenças.

Julho/2.005

2. Os Deputados Estaduais Negros

2. 1. Levantamento dos Parlamentares Negros Paulistas

Diante da impossibilidade de democracia direta em sociedades mais numerosas e complexas, o aparato teórico oferecido pela Teoria da Democracia Representativa apresenta a idéia de escolha de um subconjunto de pessoas com a incumbência de discutir e deliberar especialmente sobre os assuntos públicos.

O processo de escolha dos representantes, baseado em regras aceitas pela maioria, é o fundamento da legitimidade da representação.

O processo de escolha dos representantes e a natureza de seus mandatos são duas questões primordiais para a democracia.

Há, pelo menos, três modalidades de escolha: por indicação, por sorteio ou por eleição; os mandatos podem ser indicativos, imperativos ou autônomos.

Na história do Brasil prevaleceu a escolha por eleição e mandatos autônomos, com seu conseqüente privilegiamento dos homens brancos, sustentados pelo poder econômico e relativamente desvinculados de seus eleitores.

Particularmente na história do Parlamento Paulista, nos seus recém completados 170 anos, salta aos olhos sua composição masculina e branca, a manter a população feminina e negra quase que alijada do processo decisório.

A raridade consiste em eleger negros e, em especial, mulheres negras. Apenas a Deputada Theodosina Ribeiro, exceção única, teve assento por três mandatos e alguns poucos homens negros, motivo suficiente para o inicialmen-

te sub-título, que se tornou título desta monografia: “Os negros na Assembléia dos brancos”, que procurará listar estas exceções, verificar suas áreas de atuação e diagnosticar os elementos biográficos e de inserção na sociedade paulista que permitiram, a estes parlamentares negros, furar o ‘cerco branco’.

Todo este esforço feito menos por interesse diletante, mais para instrumentalizar futuras candidaturas negras vitoriosas.

Mãos à obra !

Levantamento preliminar dos deputados negros paulistas:

1º) até 1.947 – levantamento superficial, a conferir:

- Rodrigo Silva (durante o Império, a conferir)
- Alfredo Casemiro da Rocha (ver anexo 1 – resenha do livro biográfico de NOGUEIRA, 1992)
- Armando da Silva Prado (político da República Velha, de tradicional família paulista, negro de tes clara, a conferir)

2º) a partir de 1.947 até 2.005:

São 15 (quinze) legislaturas, num total de 1.635 mandatos, ocupados por 915 pessoas diferentes, incluindo os suplentes que assumiram a vaga, dentre os quais listamos os seguintes parlamentares:

- José Domingos de Souza (classificação como negro discutível – c.n.d.)
- Esmeraldo Tarquínio
- Ary Silva (c.n.d.)
- Mário Américo
- Teodosina Ribeiro
- João do Pulo
- Benedito Cintra
- Osmar Ribeiro Fonseca (c.n.d.)
- Expedito Soares (c.n.d.)
- Telma de Souza (c.n.d.)
- Nelson Salomé
- Antenor Chicarino (c.n.d.)
- Djalma Bonn (c.n.d.)
- Nivaldo Santana
- Cabo Wilson (c.n.d.)
- Donizeti Braga (c.n.d.)
- Marcelo Cândido
- Sebastião Arcanjo (Tiãozinho)
- Vicente Cândido (c.n.d.)

2. 2. Critério de classificação como “negro”

Se é o racismo que determinada a raça, e não o inverso, há os inequivocamente negros e os de classificação como negro discutível (c.n.d.).

Para os limites desta monografia, concentrada no período entre 1.947 a 2.005, escolhi apenas 8 (oito) parlamentares dentre os 19(dezenove) listados.

Deixei de incluir:

- José Domingos de Souza (suplente pelo PTN, com 4.640 votos) que assumiu por período muito curto, em 61, quando Jânio Quadros assumiu a presidência da República e levou para Brasília parlamentares paulistas de sua coligação. É de se registrar que parado em barreira policial de trânsito, em 64, apresentou-se como deputado mas teve sua carteira de identificação apreendida e enviada à Assembléia, pois a polícia não acreditou que fosse deputado.

- Ary Silva (advogado e jornalista paulista, vereador na Capital, ligado ao Prefeito Prestes Maia, eleito Deputado pelo MDB – 67/71, com 11.976 votos e reeleito, pela ARENA, com 20.044 votos para o mandato de 71/75) comentarista esportivo, proprietário da Gazeta da Zona Norte teve acesso a seu prontuário apenas na semana de encerramento desta monografia, com classificação como negro discutível; há fotografia 3x4 no prontuário;

- Mário Américo, pois mesmo sendo inequivocamente negro, foi suplente que assumiu a cadeira e “foi o único entre os quatro políticos profissionais (negros) que teve uma posição arredia frente à questão racial, ficando esta questão patente quando condenou a concentração dos negros nas escadarias do Teatro Municipal protestando contra atos discriminatórios sobre a população negra, (...) em 1.978” (VALENTE, 1.986).

Todos os demais não estudados são classificáveis em ‘discutível’, por terem tez clara e origem não diretamente vinculada aos africanos da diáspora; mesmo os Deputados em exercício na atual legislatura, Donizete Braga – PT, que mesmo com o escrevinhador oferecendo-se para atividade anti-racismo em sua base, na região de Mauá, parece não trabalhar com a questão racial, tanto assim que não integra a Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial e Vicente Cândido - PT. Sobre este último, presente e valoroso parlamentar, com origem em bairro de população negra em elevada proporção (Campo Limpo, zona sudoeste da Capital), possui assessoria em relações raciais e Hip-Hop, e mesmo tendo a tes clara foi biografado no livro “Quem é quem na negritude brasileira”, organizado pelo Professor Eduardo de Oliveira (M.D. Presidente do Congresso Nacional Afro-Brasileiro – CNAB), além de integrar a Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial. Certa oportunidade, em evento promovido pela Secretaria de Combate ao Racismo do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores – PT, dirigiu-se ao público majoritariamente negro do auditório com o vocativo “Vocês, negros”, ao invés de “Nós, negros”. Na oportunidade eu e outros ativistas chegamos a estranhar, mas, posteriormente, concluí que o deputado, naquela ocasião Presidente do Diretório Municipal, quisera dizer “vocês, negros militantes do movimento negro”, em contraposição, até para não ser oportunista, a si próprio, com trajetória de vida política construída em outros setores do movimento popular, que não o movimento negro. Mesmo com esta atenuação do estranhamento, entendi não estudar mais profundamente sua trajetória pela classificação discutível.

Como se vê, embora valorosos, são pouquíssimos parlamentares negros. Dos 1.635 mandatos, a atual legislatura completará o exercício de 15(quinze) mandatos ocupados pelos 8(oito) parlamentares, em razão das reeleições.

Atualmente, existem 94 cadeiras ocupadas por 4(quatro) homens negros, num critério mais abrangente (Deputados Nivaldo, Tiãozinho, Donizetti e Vicente Cândido) ou 2 (dois) (apenas os dois primeiros), excluindo os classificáveis como discutíveis; nenhuma mulher negra (sobre esta gritante exclusão ver Capítulo 15.6), 80 (oitenta) homens brancos (ou oitenta e dois se inclusos os Deputados Donizetti e Vicente Cândido) e 10 (dez) mulheres brancas. Estas últimas, nesta legislatura, superaram a marca dos 10%, a demonstrar o acerto mas a insuficiência das políticas de promoção de gênero.

3. Breve Biografia dos Inquestionavelmente Negros (1.947 a 2.005)

Escolhido um conjunto de parlamentares negros, esta monografia concentrará reflexões sobre os oito parlamentares abaixo relacionados, na contagem do escrevinhador a totalidade de parlamentares negros no período definido (1947 a 2005) que, por sua conduta e expressão, carregam a imagem de negros para suas práticas políticas, a saber:

- Esmeraldo Tarquínio
- Theodosina Ribeiro
- Benedito Cintra
- João do Pulo
- Nelson Salomé
- Nivaldo Santana
- Marcelo Cândido
- Sebastião Arcanjo (Tiãozinho)

O escrevinhador, prestando contas de seus estudos financiados com verbas públicas preparou, ainda em abril de 2005, para a Tribuna Popular, da TV Assembléia, um poema com 10 sextetos: um de apresentação, um para cada um dos oito parlamentares negros selecionados e um em conclusão, que transcrevo para facilitar a divulgação oral de sínteses biográficas. Entitulei-o

OS NEGROS NA ASSEMBLÉIA DOS BRANCOS

Em cada legislatura
A ausência de negros estampada na branquitude parlamentar
Quando alguns poucos superam enormes obstáculos
Minoria que representa milhões
Assim é o parlamentar negro
A arrebentar os grilhões

Deputado Esmeraldo Tarquínio
Negro, advogado da estiva, ativista em Santos
Que não era do tipo longilíneo
Era do tipo guerreiro
Cassado em seu mandato de prefeito
Mora no coração do santista praieiro.

Deputada Theodosina Ribeiro
Única parlamentar negra de São Paulo
Pedagoga, filha de oficial da Força Pública
Orgulho da 'raça' e das negras paulistas
De um tempo em que se comemorava o 13 de maio
E que se exortava a negritude em súplica

Deputado João do Pulo
Atleta memorável
Campeão Mundial de salto triplo
Após acidente deplorável e seus horrores
Virou parlamentar dedicado
À saúde de seus eleitores

Deputado Benedito Cintra
Comunista da gema
Ativista do serviço público de qualidade
Arrumaram pretexto-problema
Pra interromper sua trajetória de defensor
Do trabalhador do campo e da cidade

Deputado Nelson Salomé
Médico dedicado de Araras
Realizou milhares de partos
Mais partos que gols de Pelé
Integração do negro pelo mérito
Era sua crença, seu crédito

Deputado Nivaldo Santana
Sindicalista com antena
Liderança do Sintaema
Dedicado à purificação das águas
Comunista que deixa marcas
Sem deixar mágoas

Deputado Marcelo Cândido
Geógrafo, filho de Vereador emérito
Representante da periferia organizada
Integrado com o povo negro e a questão regional
Virou prefeito de Suzano
A quem, do Parlamento, enviamos abraço fraternal

Deputado Sebastião Arcanjo, o Tiãozinho
De Campinas para a Assembléia
Qualidades de lobo, líder de alcatéia
Concentrando energia no Sinergia
Organizando a luta contra a discriminação
E a Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial.

Sete homens, uma mulher e a confiança no destino:
Avançar para o novo patamar de relações raciais
Cordiais e de igualdade, e o fim do desatino
Que é o racismo e a discriminação
Frutos da ignorância e da burrice
- Superados, nascerá o Brasil-Nação

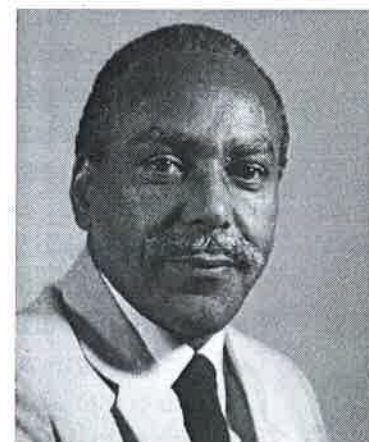
Celso Fontana (sob o pseudônimo de Tilango – SP abril/05)

Procuraremos dentro de suas biografias pontos em comum para entender como conseguiram ‘furar’ o cerco que o racismo e a ideologia do ‘branqueamento’ impõe à ascensão do negro a cargos políticos como o de deputado(a) estadual. A pergunta é precisa: qual é a conexão das carreiras políticas dos deputados negros ?

• **Esmeraldo Soares Tarquínio** de Campos Filho nasceu em São Vicente, na Baixada Santista do litoral paulista, em 12/4/1927; advogado, influente no meio sindical dos trabalhadores do porto, foi eleito em 63, pelo PTN, com 7.193 votos); reeleito em 1.967 deputado pelo MDB, com 32.520 votos.

Eleito Prefeito de Santos em 68, foi cassado pela ditadura militar. Em seu prontuário, na Assembléia, consta a anotação datilografada no verso de sua ficha de identificação: “ cassado em 13 de abril de 69 o mandato eletivo e suspensos perdendo os direitos políticos pelo prazo de 10 (dez) anos, de acordo com o art. 4º do Ato Institucional nº 5, de 13-12-68 “.

Cumprida a injusta pena, retornaria ao Parlamento Paulista na 1ª eleição após o decurso do prazo da pena de suspensão de direitos políticos, mas veio



Esmeraldo Tarquínio (foto de 1982, do acervo pessoal de Fausto Figueira)

a falecer em 82, quando faltavam apenas cinco dias para as eleições, antes de completar os 56 anos de idade.

Mesmo assim, foram contabilizados mais de 30.000 votos para o Esmeraldo Tarquínio – crê o escrevinhador, menos por desinformação e mais como homenagem póstuma ao grande político.

Funcionários veteranos da Alesp se referem a ele como extremamente agradável, com qualidades musicais inquestionáveis, tanto no violão como na voz, mas é possível afirmar que sua **representatividade política se ancorava na exímia oratória, no vínculo sindical com os portuários e na defesa de direitos.**

O Deputado Esmeraldo Tarquínio foi membro efetivo das Comissões de Constituição e Justiça, Educação e Cultura e Transportes e Comunicações. (ver anexo 4 – relação de participação nas Comissões)

História confirmada por dois funcionários veteranos demonstra sua altivez: determinaram a motorista, que não conhecia o Deputado, que fosse a Santos, apanhá-lo em casa, ‘lá próximo ao estádio da Vila Belmiro’. Chegando a casa, o motorista viu um homem negro, de bermuda regando o jardim e gritou: “Oh, negrão ! Vai lá dentro e avisa o Deputado que o carro da Assembléia já está esperando. Vinte minutos depois volta o mesmo homem negro de terno, gravata e pasta de mão e para o sorriso amarelo do motorista adverte: “Podemos ir, o Deputado está aqui !

Dentro da sede da Assembléia, funcionária aposentada narrou que presenciou reação firme e oportuna do Deputado, diante de agressão racista de que foi vítima, sintetizando assim: “aquele é que era Deputado”.

• **Theodosina Rosário Ribeiro** nasceu em Barretos/SP, aos 29/5/25 (consoante prontuário da Alesp, na biografia do prof. Eduardo de Oliveira consta 1.930, data mais compatível com sua aparência), filha do capitão da antiga Força Pública, José Ignácio do Rosário, que integrou a Frente Negra Brasileira e a Associação José do Patrocínio. Concentra sua atuação na área de pedagogia e direito. Em sua ficha de identificação na Alesp consta ‘diretora de grupo escolar’. Compõe vigorosa dobradinha com o Deputado Federal Adalberto Camargo, tendo sido eleita Deputada por três vezes, em 70 (21.500 votos), em 74 (36.630) e 78 (25.436), pelo MDB. Integrou por duas vezes a Mesa Diretora da Assembléia, como 2a. Vice Presidente, de 73 a 75, e como 4a. Secretária, de 81 a 83. Integrou as



Theodosina Ribeiro discursando no Hall Monumental da Alesp - ao fundo, da esquerda para direita Milton Barbosa (Movimento Negro Unificado - MNU), a Ministra Matilde Ribeiro, o Deputado Sebastião Arcaño e Sueli Carneiro (Instituto da Mulher Negra - Geledés) (Acervo Celso Fontana, foto Ogoná Zambí)

Comissões de Promoção Social e Educação, chegando a presidir esta última em 78.

Na reforma partidária, por negociações com o então governador Paulo Salim Maluf, juntamente com Adalberto Camargo e Paulo Rui de Oliveira ingressa no PDS, o que a enfraquece na eleição seguinte. Chegou a declarar ao escrevinhador: “Fui derrotada pelo partido”. Embora não tenha conferido seu mapeamento eleitoral, parece-me que sua votação concentrou-se em áreas densamente povoadas por negros, em especial Bela Vista e região Noroeste, conhecida como África Paulista, embora a ex-Deputada tenha afirmado ao escrevinhador que sua votação foi muito espalhada. Viva

e lúcida, convivemos na SubComissão do Negro da Ordem dos Advogados de São Paulo, onde organizamos, juntamente com a Dra. Orlanda Campos Gentile o debate sobre “A Criança Negra e o Estatuto da Criança e do Adolescente”. Primeira e única deputada estadual negra, aguardamos, ansiosos, a publicação de sua autobiografia. **Sua representatividade política se ancorava em sua elevada auto-estima e trabalhos pedagógicos**, tendo angariado milhares de votos étnicos. O dicionário de “Mulheres no Brasil” (2.000), registra a seguinte biografia: “Combatendo a frase ‘negro não vota em negro’ conseguiu uma consagrada votação em 1.970, como Vereadora da Capital Paulista. Em 1.974 e 1.978 foi Deputada Estadual também por São Paulo. Foram inúmeras as suas iniciativas consubstanciadas em leis, emendas, projetos, indicações e pronunciamentos em benefício da educação, da saúde, da infância e da mulher. Há que se destacar também seu comprometimento com a questão racial, votado para o exercício da cidadania, participação e defesa do interesse da comunidade afro-brasileira. Instituiu a realização anual da sessão solene, no plenário da Alesp, para reflexão sobre as datas de 13 de maio (Dia da Comunidade Afro-Brasileira) e de 20 de Novembro (Dia da Consciência Negra) e a Semana da Educação. Elaborou a Emenda nº 28 à Constituição Estadual, aplicando ao magistério público estadual a aposentadoria especial aos 25 anos para a mulher e 30 para o homem e a Emenda nº 31, obrigando a instalação de creches em repartições públicas estaduais onde trabalham 30 ou mais servidoras.” Das ementas de suas centenas de pronunciamentos, observa-se a influência do movimento negro na transição do 13 de maio como data comemorativa para, a partir dos fins da década de 70, data de protesto (Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo) e o início da construção do 20 de novembro como data da Consciência Negra.



Theodosina Ribeiro com as debutantes negras do Aristocrata Clube - foto do Acervo Histórico 1981

• **Benedito Cintra**, nascido em São Paulo, em 9/1/53, estudou História e Direito. Foi mecânico da CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos) e bancário, de banco da União (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal) pois sua ficha de identificação registra como profissão: funcionário público federal. Militante do então clandestino Partido Comunista do Brasil, foi integrante da Juventude do MDB e presidiu o MDB da Freguesia do Ó, bairro situado na região noroeste da Capital, denominada de “África Paulistana”. Eleito Vereador em 76, com o 1º voto deste escrivinhador. Em 82, foi eleito, pelo PMDB, Deputado Estadual com 60.752 votos, votação estrondosa para a época, único parlamentar negro eleito. Integrou as Comissões de Relações do Trabalho e Segurança Pública, como membro efetivo.

A partir da legalização do PCdoB, em 85, assumiu a legenda partidária, tendo sido líder do Partido de bancada solitária de 85 a 87. Período de muitas dificuldades pois foi vítima, no entender do escrivinhador, de discriminação racial, por conta de episódio afetivo, no recinto da Alesp; foi tratado cruelmente pela mídia sensacionalista, o que acabou por impedir sua reeleição. Prosseguiu sua luta compondo a direção do PCdoB; atualmente integra a direção da Seppir (Secretaria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial), do governo Lula. Nos arquivos da Assembléia estão arquivados três pedidos de licença para viagens internacionais para o Chile, o Uruguai e a Itália, a demonstrar sua visão internacionalista. **Representatividade sindical e partidária.**

• João Carlos de Oliveira, o **João do Pulo**, nascido em Pindamonhangaba/SP em 1954, foi recordista mundial em salto triplo. Foi 1º Tenente do Exército, formado em Educação Física. Após acidente automobilístico, teve uma das pernas amputadas. Foi eleito duas vezes Deputado Estadual, nas legislaturas de 86 e 90, pelo Partido da Frente Liberal – PFL, em dobradinha única com um Deputado Federal da mesma legenda; com atuação na área assistencial, possuía ambulância que disponibilizava aos eleitores. Seu gabinete era integrado



João do Pulo, presidindo evento de “Questionamento da Abolição” - foto do Acervo Histórico - maio de 1991

quase só por assessores negros e sua **representatividade amparava-se no esporte e na luta por condições de vida para portadores de deficiência ambulatória.**

Integrou as Comissões Esportes e Turismo e Promoção Social, tendo presidido a primeira por toda a legislatura 91/94.



Benedito Cintra com lideranças negras, nas dependências do Palácio 9 de julho - foto do Acervo Histórico - 1985

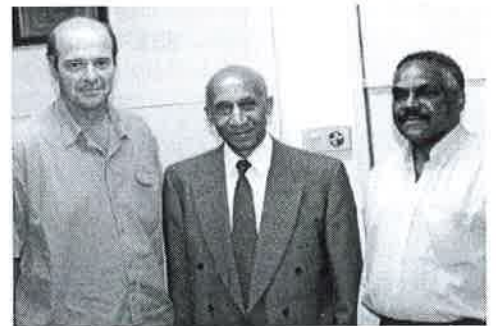
Pelos registros dos pedidos de licença para sair do país, nos arquivos da Assembléia, observamos as seguintes participações: em 91, nos jogos Pan-americanos, em Cuba, e em 92 nos jogos paraolímpicos, de Barcelona. Recebeu prêmio no Paraguai, em 92.



Nelson Salomé- foto do Acervo Histórico - 1991

- **Nelson Salomé**, nasceu em Araras/SP, em 15/5/32. Médico obstetra, muito querido em sua cidade natal, onde foi vice-Prefeito. Integracionista pelo mérito, presidiu diversas sessões solenes para a comunidade negra, tendo participado da recepção ao grande estadista Nelson Mandella, quando de sua visita a São Paulo e auxiliado na organização do 1º Encontro Continental de Povos Negros. Eleito em 90 pelo PDS com 24.350 votos, ficou como suplente pelo PL, em 94, com 33.376 votos e conseguiu se eleger, também pelo PL em 98, com 53.684 votos. Integrou a Comissão de Saúde e Higiene por muitos anos. Contava em sua assessoria com dirigente de tradicional clube de negros de São Paulo, o Aristocrata Clube.

Seu chefe de gabinete, despreparado, chegou a questionar o nome da Conferência de Durban que, a seu ver, deveria ser ‘sobre’ o racismo e não ‘contra’ o racismo. Não logrou reeleger-se, em 2002, pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), embora com votação superior a 50.000 votos. Certa feita, em evento do dia da Consciência Negra, convidou os participantes para conhecerem Araras, ‘pois lá não há racismo’. Mas é de se registrar que sempre disponibilizou recursos para a organização do movimento negro. **Sua representatividade ancora-se na representação geográfica e no atendimento médico e encaminhamentos de demandas de eleitores e políticos da região de Araras.** Em cópia do certificado de reservista, encontrável em seu prontuário na Assembléia consta a descrição de cor como ‘parda’.



Nelson Salomé em seu gabinete, ladeado pelo escrevinhador e por Seu Mário, do Aristocrata Clube - foto de Ogoná Zambí - acervo pessoal - 2001

- **Nivaldo Santana**, nasceu em São Paulo, em 23/9/53. Filho de migrantes nordestinos, foi na Freguesia do Ó, bairro incluído na denominada África Paulistana, tendo assumido a presidência do diretório distrital do MDB, que já fora ocupada por Benedito Cintra. Dirigente sindical, foi diretor do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística), filiou-se ao PCdoB e foi dirigente da Corrente Sindical Classista e da CUT – Central Única dos Tra-



Nivaldo Santana - foto da Imprensa Alesp atual legislatura

balhadores e presidente do Sintaema (Sindicato dos Trabalhadores em Purificação de Água), de 88/94. Foi eleito pelo PCdoB em 94, com 16.215 votos, e reconduzido nas legislaturas iniciadas em 99 (37.216 votos) e 2003 (com 56.707 votos). Integrou e presidiu por duas vezes a Comissão de Relações do Trabalho. Representou a Assembléia Paulista em Durban, África do Sul, durante a realização da IIIa. Conferência Mundial Contra o Racismo, com avaliações retransmiti-

das minutos após na Conferência espelho que organizamos juntamente com o Inspir, dentro da Alesp. Possuidor de discurso integracionista (em seu material de 10 anos de mandato: “A luta contra o racismo é parte integrante do projeto de emancipação nacional e social” e “um povo novo, uno, com um modo original de afirmar a sua identidade”), que tem renovado o discurso comunista. Seu gabinete tem assessoria especializada em luta contra o racismo e integra a Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial desde sua criação. Participou de diversas sessões e atos centrados na defesa das populações negras. Apresentou projetos de valorização da cultura negra, inclusive homenagem ao samba, criação de Delegacia Anti-Racismo e Semana da Cultura Negra. Representatividade sindical e partidária.



Nivaldo Santana e Maria Lúcia Prandi em evento a favor de cotas na Alesp 2004 - foto Ogoná Zambi

• **Marcelo Cândido** nasceu em Marília, interior paulista em



Discurso na Tribuna do Plenário na atual legislatura - foto da Imprensa Alesp

25/12/69. Filho do decano dos vereadores do PT, (José de Souza Cândido, reeleito por 3 mandatos na cidade de Suzano, provável candidato a Deputado Estadual), com quem aprendeu e treinou a capacidade de articulação política, formou-se em Geografia, na Unesp de Rio Claro, especializou-se em habitação, assessorou a bancada do PT na Alesp e foi eleito, em 2002, com 65.611 votos para o mandato de Deputado Estadual. Integrou a Comissão de Assuntos Metro-

politanos e a de Relações do Trabalho como membro efetivo.

Foi eleito prefeito de sua cidade em 2004 após um ano e meio de mandato sério, firme e focado naquela região e em seu povo. Pai e filho organizam há muitos anos entidade profissionalizante muito prestigiada na região, que formou centenas de pessoas naquela cidade. É a periferia organizada que escolheu a liderança renovada do filho, a partir da tradi-

ção do seu pai, que merecidamente recebeu o Troféu Zumbi dos Palmares, na Alesp, em 2.004. Integrante da Frente Parlamentar pela Igualdade Racial, organizou debates contra o racismo naquele Município, com a presença do escrevinhador, a quem deve ter perdoado pois, em almoço no início de 2.002, temendo pela candidatura de Tiãozinho, cheguei a sugerir a hipótese de fusão das duas candidaturas. Às vezes errar na avaliação traz boas surpresas...

Representatividade do movimento popular e organização geográfica.



Foto acervo pessoal - Ogoná Zambi na Câmara Municipal de São Paulo, acompanhado por ativistas - 2003



Sebastião Arcanjo atual legislatura
foto da Imprensa Alesp

• Sebastião Arcanjo, **Tiãozinho**, nasceu em Campinas em 14/3/64. Eletricário desde 1984, tornou-se dirigente sindical do SINERGIA e partidário, tendo dirigido o Partido dos Trabalhadores – PT em sua cidade natal, passando pelas Secretarias de Formação Política, de Movimentos Populares e da criação da de Combate ao Racismo. Reorganizou o partido quase das cinzas, após a grande decepção com os titubeios e a saída do Prefeito Jacó Bittar. Eleito Vereador em 96, com cerca de 3000 votos, foi reeleito em 2000, com perto de 7000 votos, tornando-se líder do Prefeito Toninho de Campinas (na avaliação deste escrevinhador o apoio do então Vereador Tiãozinho foi determinante para a eleição daquele

Prefeito, infelizmente assassinado). Atingiu a histórica votação de 57.174, em 2002, mesmo com pouquíssimos recursos, para seu primeiro mandato estadual. Ocupou a presidência da Comissão de Serviços e Obras Públicas, resistindo ao processo de privatização e sucateamento de parte do setor elétrico (CESP e Eletropaulo).

Centrado na luta contra a discriminação racial, mais da metade de seu gabinete é composto por ativistas da luta contra o racismo e o sexismo. **Baseia sua representação na força do sindicalismo, do movimento popular e, em especial, do movimento negro**, incluindo a torcida da Associação Atlética Ponte Preta, time de futebol mais popular daquela cidade.



Em Campinas após debates pela aprovação da lei instituindo 20 de novembro como feriado, com o Senador Suplicy e assessores - acervo pessoal - foto de Ogoná Zambi - 2001

Teve o apoio de muitos ativistas da luta contra o racismo, incluindo dirigentes do Instituto do Negro Padre Batista, yalorixás e babalorixás, mães e pais de santo.

Fundador e primeiro coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial. Em toda a região de Campinas e na Grande São Paulo o escrevinhador acompanha a trajetória do parlamentar, organizador de muitos eventos de homenagens e valorização da religiosidade de ma-

triz africana, de integração com autoridades africanas e personalidades negras e anti-racismo. A entrega das medalhas e diplomas “Força da Raça”, recebidos com muito orgulho pelo escrevinhador, e dos diplomas de “Mérito Zumbi”, na cidade de Campinas e do troféu Zumbi na Alesp são realizações memoráveis.

4. Ponderações sobre os perfis biográficos:

Oito pessoas negras (sete homens e uma mulher) com histórias de vida diferentes que conseguiram ‘furar’ o cerco da quase exclusiva representação branca. Integrantes de diferentes partidos – MDB, PDS, PMDB, PFL, PL, PC do B e PT. Que características comuns eles apresentam? Pelo menos duas: base social (esporte, apoio geográfico com alta densidade demográfica negra, sindicalismo em categorias com concentração negra) e auto-estima forte. Todos eles enfrentaram desafios e não se curvaram diante da hegemonia branca. Majoritariamente de perfis oposicionistas. É de se reparar que, excluindo o Deputado João do Pulo, atleta-herói nacional, que se ligou ao conservadorismo, as derrotas da Deputada Theodosina e de Salomé vieram com seus deslocamentos respectivamente para o PDS e para o PSDB. Os demais eram do MDB, PC do B e PT. Lutadores aguerridos em suas categorias profissionais, em suas bases de atuação, é visível em cada qual a força da auto-estima. (sobre auto estima, ver “Gostando mais de Nós Mesmos do grupo AMMA Psique e Negritude e Quilombhoje).

5. Enunciados de Conexão das Carreiras Políticas dos Deputados Negros

Este é o primeiro enunciado: só com auto-estima fortalecida o negro pode chegar ao parlamento. O segundo enunciado: indispensável uma forte inserção comunitária para superar o preconceito racial arraigado na (falta de) consciência política negra do eleitorado médio. Terceiro enunciado: nos siste-

mas eleitorais vigentes, não basta o apoio apenas do movimento negro.

Todos os oito parlamentares apresentaram e apresentam auto-estima dignificadora, inserção comunitária e expandiram suas campanhas para universo de cidadãos não-negros.

6. Eventos Memoráveis na ALESP



Foto acervo pessoal - Evento espelho de Durban, 2001, com representantes das comunidades indígena, palestina, GLBT, candomblé, evangélica e católica

- Eventos associados ao 13 de maio – Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo
- Eventos associados ao 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra – inclui a entrega do prêmio Zumbi dos Palmares a personalidades (2004)
- Eventos associados ao 21 de março – Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial
- Eventos associados à Cultura Negra, inclui as Semanas de Cultura Afro-Brasileira de 2002, de 2003 e de 2004 e o Seminário sobre História e Tradição Africana

6.1 Outros Eventos:

- de recepção ao grande Estadista Nelson Mandela
- de criação do SOS-Racismo
- confecção de boletim e ônibus organizado pelo escrevinhador e bancado pela Associação de Funcionários, para Marcha Zumbi, em 95.
- evento-espelho da IIIa. Conferência Mundial Contra o Racismo, simultâneo à realização da Conferência de Durban, organizado pelo escrevinhador juntamente com o Inspir – Instituto Interamericano pela igualdade racial
- de criação do Centro de Estudos Prof. Milton Santos
- de recebimento de denúncias
- de entrega do Prêmio Zumbi dos Palmares (estatueta)



Reprodução do cartaz do evento espelho de Durban - arte de Olívia Gurjão - 2001

7. Legislação (Estudo a ser desenvolvido em dissertação de Mestrado ou em tese de Doutoramento):

- sobre o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra
- sobre o SOS-Racismo
- sobre o Centro de Estudos Professor Milton Santos, do ILP
- sobre políticas públicas no Estado de São Paulo
- sobre cotas
- sobre instituição da Semana de Cultura Negra
- outros

8. CÓDIGO DE ACESSO: A APARÊNCIA BRANCA COMO PRÉ REQUISITO GENÉRICO PARA OCUPAR UMA CADEIRA DO PODER LEGISLATIVO: DUAS PROVOCAÇÕES

8.1. Provação Poética, Sintética:

Código de Acesso

*“Parece que ser branco
é um status no Brasil”*

*Francisco Lucrecio (Secretário da Frente Negra
Brasileira, a partir de 1934)*

*Ser branco no Brasil
É ter um código de acesso
- negado aos negros
Acesso às estruturas do Poder*

*O código de acesso utiliza o largo
Critério da branca aparência
Não há que se estranhar um branco assumir qualquer cargo
- Mas a discriminação é injusta em sua essência*

*Aos negros que se comportarem como brancos
Há promessa de acesso
Quase nunca cumprida
Da ideologia política do ‘branqueamento’*

*O uso de códigos de acesso
É muito anterior à computação*

*Gênero, classe e raça
- Critérios de discriminação*

*Os negros se organizam em comunidade
Os brancos, nas estruturas do Poder
Aos primeiros, esforço pessoal e voluntariado
Aos brancos, verbas públicas e facilidades*

*Para o 'empoderamento' dos negros
Criar novos códigos de acesso:
Ações afirmativas e cotas
'Desalojar' a branquitude das cadeiras do Poder*

*Dar um basta ao discurso molenga
Do pretense racismo cordial
Para tratar nossa democracia capenga:
Promoção da igualdade na representação racial*

Celso Fontana – sob o pseudônimo de Tilango – maio de 2005

8.2. Provocação Teórica:

*“Democracia é conflito, não ordem”
Marilena Chauí*

*“O olhar branco e majoritário que lançamos
pela História não perdoa nada. Apresentamo-
nos como povo branco que no máximo recebeu
algumas contribuições de outras raças”
Jaime Pinsky*

Dispensadas as provas estatísticas da desigualdade racial, farta e amplamente divulgada nas publicações do Dieese/Inspir e Ipea/FIBGE e afirmando que “Negro” é um lugar (não é raça, nem cor, nem condição), nos termos propostos pelo Professor Joel Rufino dos Santos (ver Cap. 9), construímos a constatação de que ser “Branco” é ter um Código de Acesso às posições e cadeiras do poder.

A compreensão da expressão “negro insolente” no racismo brasileiro auxilia o entendimento: a novela da TV Globo “A Próxima Vítima” apresentou episódio causador de enorme polêmica com os ativistas do Movimento Negro e que é emblemático: o ator negro Norton Nascimento representava o motorista de poderoso empresário vivido pelo ator branco Tarcísio Meira; logo após procurar e encontrar prova de inocência de uma terceira personagem, no armário do quarto do empresário, o motorista negro era flagrado pelo empre-

sário branco que, indignado, ‘questionava’ o que fazia em seus aposentos e sem ouvir explicação ‘bradava’: ‘seu Negro Insolente’ significando: ‘Ponha-se no seu lugar, o lugar de subalterno – o lugar que o branco lhe reservou, ‘seu’ ‘negro’...O termo ‘insolente’, neste sentido, significa ‘fora do solo’, ‘fora de lugar’, ‘em lugar indevido ou impróprio’.

Na compreensão dos obstáculos que a escravidão e o racismo colocaram às candidaturas negras, para além das dificuldades de infra-estrutura eleitoral de quaisquer candidaturas no Estado de São Paulo, extensível a todos os Estados do País (constatável facilmente em meu círculo relacional com muitos candidatos e pouquíssimos parlamentares eleitos no RJ – SC – RS – BA – MG – MS – GO – AL – PA – ES), ‘ter a aparência negra’ é ‘quase’ prévia exclusão.

Na Assembléia paulista, em seus 170 anos de existência comemorados neste ano de 2.005, tivemos empossados, seguramente, mais de 2000 parlamentares, dos quais conseguimos contar, em contagem condescendentemente ampliadora, 22 parlamentares negros – algo em torno de 1% ; ora, se a população negra do Estado de São Paulo não é inferior a 30% da população geral, estimada pela Fundação Seade em 40 milhões de habitantes para 30 de julho de 2.005, superando o total de 13 milhões de negros, esta representação é muitíssimo reduzida, o que, poderá indicar que tal desproporção, se de um lado tem como concausas a herança da escravidão e o racismo, de outro poderá explicar a baixíssima credibilidade da instituição, sempre tão mal avaliada pela população nas pesquisas de opinião.

Comparativamente aos Estados Unidos, a representação política dos negros no Brasil ainda é muito pequena: graças às políticas implantadas decorrentes da luta por direitos civis, entre 64 e 72 dobrou o número de negros no Congresso Americano e foi ampliada a ocupação de cargos eletivos de 1469, em 1970, para 6424, em 1986 (SILVA, 1994, citando Black Elected Official – A National Roster e Joint Center for Political Studies – Washington DC – 1986)

Do entendimento deste quadro de sub-representação da população negra por lideranças autênticas, há de resultar o estabelecimento de mecanismos de promoção da igualdade racial seja pela associação de imagens positivas dos negros e negras, seja na TV Assembléia- que ainda não traz nenhum apresentador ou apresentadora negro ou negra nos seus programas, seja nos cartazes de divulgação de eventos ou ainda em programas ou serviços como o SOS-Racismo, criado em 1.994, e até hoje não implantado.

Assim considerado, o racismo é constante violência contra a igualdade de oportunidades e tratamento e desrespeito às diferenças decorrentes da diversidade humana e atinge a esfera da representação popular. Os esforços para reverter tal situação de violência e injustiça exigem a compreensão ampla da necessidade de mudanças nas regras de acesso às cadeiras do Poder Legislativo Paulista. Reflexões e constatações semelhantes poderão ser e já começam a ser feitas para os demais poderes, seja o Executivo, o Judiciário, o Ministério Público, o Militar, os Meios de Comunicação e outros domínios dos poderes públicos e privados, a nos inclinarem a propugnar sejam reduzidas as cotas d@s branc@s e amarel@s e aumentadas as cotas d@s negr@s e indígenas, estas últimas com as compreensões mais complexas que merecem.

8.3. Imperativos Éticos para a Ação Parlamentar voltada para a Promoção da Igualdade Racial

Trata-se de utilizar os espaços do Parlamento para combater a permanência no imaginário do olhar **branco e escravocrata**, e da visão decorrente desse olhar, a vincular o 'negro' a 'mercadoria', a 'escravo', 'objeto', 'res', 'coisa', 'inferior', 'cidadão de 2a classe'.

Trata-se de reeducar o olhar da cidadania – simultaneamente do cidadão eleitor e do cidadão representante.

No 'Parlamento Jovem', programa desta Assembléia para educação parlamentar da juventude, é visível a predominância de estudantes brancos por estratégias, a meu ver, equivocadas de composição das escolas convidadas.

No Instituto do Legislativo Paulista é necessário incentivar o magistério e a audiência negros.

Na TV Assembléia, introduzir apresentadores e repórteres negras e negros e incluir na programação esta temática.

No processo legislativo, há que se discutir e deliberar sobre as modificações constitucionais e legais para aumentar a representação da população negra, a implantação de políticas de promoção da igualdade racial – ação afirmativa, inclusive a alternativa de cotas.

Trata-se de um salto qualitativo: de 'escravizado' ou 'inferior' negro a simplesmente negro, contrariando a 'orientação' educacional para a 'subalternidade'.

Aqueles que acompanham, como o escrevinhador, candidaturas negras são testemunhas da existência de um esforço branco para 'barrar' a eleição de deputad@ negr@ através de artimanhas dos políticos 'brancos' para impedir ou dificultar ao máximo a eleição de candidaturas negras como, por exemplo, o lançamento deliberado de diversas candidaturas negras simultâneas nos mesmos bairros, regiões, pelo mesmo partido ou coligação, como estratégia para enfraquecer candidaturas negras viáveis, como presenciei em Juiz de Fora, Minas Gerais, na campanha municipal de 1.996, e que aconteceu em diversos Municípios Paulistas. Esta compreensão também é preciso registrar: a construção de candidaturas estaduais e federais passa por eleições municipais. Significa dizer: sem fortalecimento quantitativo e qualitativo de vereanças negras é quase impossível deputadas(os) negras(os).

Simultaneamente é preciso controlar e inibir a exibição e repetição de imagens racistas **contra** os negros na mídia. É ação discriminatória toda e qualquer tentativa de vincular a imagem de negras e negros à animalidade, ao mau cheiro, à sub-humanidade, à subalternidade, à preguiça, à vagabundagem, ao alcoolismo, à malandragem e à criminalidade, seja em programas pretensamente humorísticos do rádio ou da TV, seja em anúncios em mídia eletrônica ou impressa. É discriminação por omissão suprimir-se-lhes, em especial às crianças negras, suas imagens positivas para formação da identidade, inclusive em desenhos animados e programas infantis. O serviço SOS-Racismo poderá ter este foco prioritário no Estado.

Isolar o movimento negro 'chilungo', entendido como 'chinfrim', 'fajuto', estratégia do branco para confundir os negros, usando algumas alegorias

só para enganar – tipo lideranças dos bantustões, sócias do apartheid sul-africano, integracionismo à moda do branco, de terno e gravata, de cabelo alisado e o ‘endeusamento’ de políticas de branqueamento estampadas em revistas de beleza e nas estratégias deprimentes do “beautiful mulatas”; incentivar um novo olhar sobre a beleza.

É preciso multiplicar o olhar negro, propagandeando os exemplos históricos de resistência:

- individual (suicídio/banzô/operação-tartaruga/boicotes)
- coletiva (boicotes/greves/fugas em massa)
- auto-estima: positividade (‘Black is beautiful’, recusa à subalternidade)
- a ginga autêntica (o domínio do próprio corpo)
- a arte e cultura negra
- a religiosidade de matriz africana a compor o movimento negro ‘valandi’, autêntico, do negro para o negro, estratégia para mudar o mundo e a recusa em ser ‘gavetinha’ de direitos humanos.

A denúncia permanente de que esta República e este Estado Federado foram algozes ou relapsos, mas sempre injustos em relação aos negros tem que ser feita das tribunas parlamentares e deve ganhar a compreensão majoritária, inclusive desta Assembléia.

Não basta à sociedade e ao parlamento simplesmente compreender, é preciso intervir, através do acompanhamento da implementação do Plano de Ação de Durban, traçado na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e outras formas correlatas de intolerância, em 2.001.

O Parlamento Estadual Paulista poderá, ainda, acompanhar as atividades do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania e a discussão sobre investimentos públicos de interesse dos negros através de atividades em suas comissões parlamentares e no plenário, assim como repercutir as deliberações das Conferências Municipais, Regionais, Estadual e Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizadas neste período recente. Quantas coisas por fazer ! Mas a tarefa não é hercúlea – é Zumbíaca.

9. A Assembléia como Lugar de Negro

A partir das reflexões do Professor Joel Rufino dos Santos, que em seminário realizado na Câmara dos Deputados, denominado Parlamento Brasileiro – História e Perspectivas – Cidadania e Exclusão: A Luta das Minorias pela Representação e Participação Política (encontrável na internet www.camara.gov.br/Camara500/SeminariosPB_JoelRufinodosSantos.htm), afirmou que considera ser mais adequado utilizar a expressão “negro” e não afro-brasileiro para abranger o conceito que se quer expressar. Diz ele que ‘negro’ não é raça, já que raça é um conceito histórica e socialmente criado e refutado cientificamente; não é propriamente cor, que tem um gama quase infinita de tonalidades, nem mesmo condição social, embora a maior parte da

população negra seja pobre, nem tampouco apenas um portador de um certo patrimônio cultural; “Enfim, negro seria a pessoa que se julga negra e é julgada pelos outros como negra. (...) Há até uma conotação política no conceito de negro. Se é assim eu poderia dizer que negro é um lugar social, é uma configuração social”.

Este é o sentido que interessa ao escrevinhador refletir: negro é um lugar que se confunde com o povo brasileiro, podendo ser sinonímia falar em cultura popular brasileira e cultura negra.

Assim, no Brasil, no entendimento da definição do saudoso Professor Clóvis Moura, sintetizada pelo ex-titular da Secretaria das Populações Negras do Estado do Rio de Janeiro e ex-professor do escrevinhador, Joel Rufino dos Santos: ‘negro’ é todo aquele que é solidário com o povo brasileiro e ‘branco’ é quem se identifica com o colonizador e o explorador do povo brasileiro.

O professor Milton Santos (SANTOS, 2000) trabalha bem o tema território que traz esta idéia de lugar socialmente ocupado. O Movimento Negro Unificado lançou, na virada do século, documento intitulado “Raça e Classe já eram – Agora é Raça e Território”, em que questiona a visão atrasada do marxismo a insistir, apenas na centralidade das relações de classe social, crítica que deveria ser lida por militantes trotskistas, leninistas e stalinistas do PSTU, do PT e do PCdoB.

A reflexão do Professor Florestan Fernandes (FERNANDES, 2004) consolida a trilha desta monografia. Diz Florestan que “a escravidão foi provavelmente o mais odioso tipo de pilhagem da história humana” e que “a nossa história tem sido contada de uma perspectiva branca e senhorial, por isso ela deixa o escravo (*e o negro*) como agente humano e econômico (*e político*) na penumbra.”

A perspectiva que o escrevinhador defende é a humana, que respeite a perspectiva negra e popular.

Ao período de 1860 a 1888 denomina-se “crise final irreversível da escravidão”, resultando num sistema de estratificação estamental, válido para os brancos – os outros ou são ‘aliados’ ou são ‘submetidos’. Daí por que a “vítima foi o ‘negro’ como categoria social”. E continua: “Para ele não houve alternativa histórica. Ficou na poeira da estrada, submergindo na economia de subsistência, com as oportunidades medíocres do ‘trabalho livre’ (...) ou perdendo-se nos escombros de sua própria ruína, pois onde teve de competir com o trabalhador branco, principalmente imigrante, viu-se refugado e repellido para os porões, os cortiços e a anomia social crônica”.

Tal situação não se modificou com a República Velha. Pergunta, Florestan: “Quem era o povo? Os estamentos dominantes e intermediários como queriam os parlamentares e os publicistas conservadores do Império? Ou o conjunto da população brasileira, composta em sua quase totalidade de escravos ou de libertos e ‘homens livres’ completamente desvalidos, mesmo para se qualificarem para a representação política?”

E continua: “O polo senhorial do regime monárquico logrou converter-se no polo oligárquico do regime republicano graças a certas condições materiais e políticas que permitiram essa rotação histórica; ao desaparecer, o trabalho escravo deixou atrás de si várias formas de trabalho semilivre ou de trabalho escravo disfarçado, que continuam a existir até hoje, mesmo em eco-

nomia de plantação tidas como 'especificamente modernas'."

Portanto, nos limites desta monografia, está o reconhecimento das condições históricas que vedaram a qualificação do negro para a representação política. Isto nos permite compreender porque é que os parlamentares negros são ausência ou presença esporádica e minoritária nas Casas Legislativas no Brasil e, em especial, nesta Assembléia Legislativa.

E nos impõe uma tentativa de investigação: em que condições os negros conseguem se qualificar para a representação política? É disto que se trata: como contribuir para que a Assembléia Legislativa se torne, também 'lugar de negro'?

Se reconhecermos a necessidade de atacar as desigualdades materiais existentes na nossa sociedade, a necessidade de criar mecanismos de compensação, a necessidade de fortalecermos a cultura política democrática, é imperiosa a necessidade de queda do (quase) monopólio de 'raça' na política.

Assim, é patente reconhecer que o esforço do movimento negro não se reduz a exigir novas formas de participação política no Estado Brasileiro, mas também o reconhecimento social, tanto da opinião pública como das outras 'raças' na sociedade. A luta pela implementação de políticas de ação afirmativa, em especial, a de cotas é pela ação de políticas do Estado, amparadas no reconhecimento público da necessidade de sua implementação (hegemonia no sentido de direção cultural – ver Conclusão, Cap. 17).

10. A (quase) ausência da representação política negra

O professor Milton Santos, tecendo comentários sobre o preconceito na sociedade brasileira, mostra o fio condutor desta quase ausência de deputados negros nas Casas Legislativas, e nesta Assembléia. Afirma: "o modelo cívico brasileiro é herdado da escravidão, tanto o modelo cultural quanto o político. A escravidão marcou o território, marcou os espíritos e marca ainda hoje as relações sociais deste país." Segue a assertiva: "A situação deles (dos negros) é uma situação estrutural e cumulativa." (O Preconceito-1997- pág. 135 e 136). E continua: "É evidente que o movimento negro tem de ser plural, por que deveria ser uno? É a pluralidade que faz sua riqueza, sua força.(...) A organização também é indispensável, como um dado multiplicador das forças limitadas." (obra supra citada- pág. 141).

O professor Dalmo de Abreu Dallari enumera 5 raízes do preconceito: a ignorância, a educação domesticadora, a intolerância, o egoísmo e o medo.(págs. 91/95 da obra citada). Enumera também 4 efeitos do preconceito: a perda de respeito, a restrição à liberdade, a introdução da desigualdade e a promoção da injustiça.(págs. 97/98).

Nas conclusões de seu livro 'Desenvolvimento Humano e relações raciais', Marcelo J.P.Paixão ponderou: "A agenda do movimento negro não somente não se opõe aos interesses dos demais grupos da população como se configura como uma das principais vias, senão a principal, para a construção de uma nação democrática."

O professor João José Reis, citado por Eneida de Almeida dos Reis (Mulato negro-não negro, branco-não branco) já alertava para uma falsa dicotomia, uma possível tentação em classificarmos os negros, inclusive os que se destacam como os parlamentares, em um dos dois tipos: “De um lado, Zumbi dos Palmares, a ira sagrada, o treme-terra; do outro Pai João, a submissão conformada.” E desenvolve a reflexão de que sua submissão, por vezes, era apenas uma estratégia de sobrevivência, era um simulacro de submissão, apenas na aparência.

Assim, não iremos nesta monografia, buscar enquadrar os parlamentares na tipologia Zumbi ou Pai João.

O professor Wilson do Nascimento Barbosa, em seu texto contido em “Atrás do Muro da Noite” (BARBOSA, 1994), já asseverava a distinção em movimento negro ‘chilungo’ – que é ‘chinfrim’ e ‘submisso’, estratégia do branco para confundir o povo negro, usando alegorias da cultura afro, aceitando o enquadramento em uma gavetinha estanque do movimento social, e movimento negro ‘valandi’- estratégia do negro para o negro, autêntica, estratégia de transformação radical da sociedade. As tipologias ajudam a nortear o comportamento dos parlamentares, mas com as cautelas de praxe, pois ‘valandi’ está para Zumbi assim como ‘chilungo’ para Pai João.

11. Parlamentares Negros Paulistas: uma inicial avaliação

A abordagem do professor Otávio Ianni também lança luz ao nosso tema (IANNI, 2005), ao mostrar que a construção da identidade nacional correlaciona-se a 5 relações: de classe, com a natureza, de raça, de gênero e regional. Tentaremos avaliar o comportamento dos oito parlamentares escolhidos para nossa análise com estas correlações.

Vejam os quadros a seguir:

	Classe	Raça	Gênero	Natureza	Regional
Esmeraldo	++ -	++ -	+ - -	+ - -	+++
Benedito	+++	+ - -	+ - -	+ - -	+ - -
João do Pulo	- - -	+ - -	- - -	- - -	+ - -
Teodosina	++ -	+++	+ - -	- - -	+ - -
Salomé	- - -	+ - -	+ - -	- - -	+++
Nivaldo	+++	+++	++ -	+++	+ - -
Marcelo	+++	++ -	+ - -	++ -	+++
Tiãozinho	+++	+++	+++	+++	+++

A classificação deverá, em dissertação de mestrado ou tese de doutoramento, basear-se em ementas de discursos, da participação em comissões, na iniciativa legislativa, nos materiais de campanha e do mandato e na base eleitoral de cada parlamentar. Para esta monografia, procuramos classificar em

(++ +)	intensamente
(++ -)	razoavelmente
(+ - -)	esporadicamente
(- - -)	pouco/nada

na conformidade com grande acúmulo de informações do escrevinhador, em avaliação aproximada, sem o rigor metodológico necessário. Anoto, entretanto, que conheço bem os seis parlamentares vivos, com diversas conversas, fotos, almoços e eventos. Os familiares dos dois parlamentares já falecidos, Esmeraldo Tarquínio e João do Pulo poderão questionar a avaliação, mas lembro que as comparações devem ser ponderadas também pelas épocas distintas do exercício dos mandatos. Assim as questões de gênero, de raça e com a natureza foram ganhando maior importância a partir dos fins dos anos oitenta. As questões de classe e regional são mais fáceis de analisar, até pela própria inserção partidária e pelo mapeamento da votação. O título é expresso: uma inicial avaliação, que defendo como útil para esta tentativa de compreensão do esforço parlamentar negro em seu conjunto.

12. A Relação entre o Negro e a Representação Parlamentar

À Pergunta de Fernando Brant e Milton Nascimento:

De quem é essa ira santa,

Essa saúde civil

Que tocando na ferida

Redescobre o Brasil ?

A Resposta do escrevinhador: **“Dos Negros”**

Nelson Fernando Inocêncio da Silva, em sua obra “Consciência Negra em Cartaz”(Editora UnB – 2.001), ao relatar a conjuntura do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, na década de 60, afirma que “os negros procuravam formas de organização capazes de neutralizar a violência do racismo” e que “a população negra começou a acreditar em uma articulação com vistas a alterar o status quo”.

O objetivo desta monografia, para além do relato necessário mas insuficiente, de breve histórico dos parlamentares negros no Parlamento Paulista, é refletir sobre as formas de superar a atual organização partidária, os parâmetros da disputa eleitoral e o reduzido número de mandatos negros para contribuir, de maneira substantiva, para a neutralização da violência do racismo.

Não se trata de ficar julgando pessoas e sim de entender o processo de qualificação de candidaturas representativas aptas a se tornarem vitoriosas na contenda eleitoral.

Se os agrupamentos partidários, as candidaturas e os mandatos podem ser comparados por suas relações de classe, de gênero, de raça, relações regionais e com a natureza, na proposição geral do Professor Otávio Ianni, o nosso estudo pode ser útil para esta visão correlacional da política institucional estabelecida na arena parlamentar.

Provoco a reflexão já no título: 'os negros na assembléia dos brancos'. Preciso, portanto, especificar o sentido de 'negros', de 'assembléia', de 'brancos' e as razões de considerá-la pertencente (quase só) aos brancos.

Por negros utilizamos aqui a compreensão expressa pelo Prof. Joel Rufino: negro é um lugar. Lugar no mundo, lugar no Brasil, lugar em São Paulo, lugar do povo.

Interessante notar que assembléia também é um lugar – lugar onde se reúnem representantes para decidir sobre assunto de ordem pública ou coletiva. Frisemos que não se trata do local. Assim, dentro da Federação Brasileira, o Poder Legislativo do Estado de São Paulo, a Assembléia Legislativa, é a reunião dos representantes do povo paulista, mesmo se reunidos os deputados fora do local-sede, o 'Palácio 9 de Julho'.

Mas branco também é lugar, na seqüência lógica do pensamento do Prof. Joel Rufino.

Negro, assembléia e branco são três lugares.

Ao intitular a monografia 'os negros na assembléia dos brancos' estou afirmando que um dos lugares, os brancos, domina outro, a assembléia, em detrimento de um terceiro lugar, os negros.

Significa dizer que a representação do povo está distorcida: a representação deveria ser proporcional e tem estado e está desproporcional.

Numericamente o argumento é irrefutável: de mais de 2.000 parlamentares que assumiram mandatos de deputados estaduais, cerca de 20 poderiam ser classificados como parlamentares negros. Um centésimo de negros ou 1%. Talvez tenhamos que discutir a introdução de cotas para negros nas direções partidárias, nas candidaturas e até nas cadeiras do Parlamento, mas este não é o objeto e sim uma das possíveis conclusões desta monografia.

A qualidade da representação já é tema bem mais complexo: não é pré-requisito da representação o representante ser da mesma 'raça' ou 'cor' do representado, até porque o voto é secreto e há uma pluralidade de interesses na expressão do voto (interesse, simpatia, beleza, voz, apresentação pessoal, conhecimento e identificação pessoal). Isto explica, em parte, iniciativas de proposições de mandatos de Deputados classificáveis como 'brancos' em matérias de extremo interesse da população negra, dos quais podemos destacar: Jamil Murad - PCdoB (SOS Racismo), Maria Ângela Duarte – PT (busto de Zumbi na entrada do prédio), Paulo Teixeira – PT (política estadual do negro), Renato Simões, Hamilton Pereira e Simão Pedro – todos do PT (efetivação do SOS Racismo e acompanhamentos de quilombos), Alberto 'Turco Loco' Hiar – PSDB (sobre implantação de cotas para estudantes) e mesmo Campos

Machado – PTB (vedando implantação de cotas).

Mas afinal, por que tão poucos negros foram eleitos para mandatos eletivos, em especial, para deputados estaduais ? Se avançarmos na resposta a esta questão, estaremos contribuindo para uma melhor representação popular.

Quais as pistas para reflexão ? Históricas, como o prolongado período escravista ? Econômicas, como a necessidade de arrecadar e manter estrutura eleitoral dispendiosa para as candidaturas viáveis ? Políticas, como a inserção dos negros em entidades representativas da sociedade civil e nos partidos políticos ? Psicanalíticas, como a baixa estima da população negra provocada por um conjunto de imagens inferiorizantes presentes na mídia ? Culturais como as peculiaridades da tradição africana e a fragilidade da cultura política democrática da população brasileira ?

Devemos centrar nossa atenção no sistema eleitoral, no eleitor ou no candidato/parlamentar, ou ainda na cesta de 'stakeholders', ou participantes da problemática ?

Nos limites desta monografia vamos apontar caminhos que, oxalá, sejam trilhados mais solidamente em estudos posteriores.

13. Esmiuçando adversidades para candidaturas negras

*Em 1894, Nina Rodrigues ponderava:
"se um país não é velho para se venerar
ou rico para se fazer representar,
precisa ao menos tornar-se interessante."
(SCHAWARTZ, 1993 – pág. 239)*

Na democracia representativa, pela Teoria da Tripartição dos Poderes do Estado – Executivo, Legislativo e Judiciário, ao segundo compete uma tripla função: legislar, fiscalizar e representar.

A função de representação guarda estreito vínculo com a proporcionalidade. Entretanto, os parlamentares eleitos não representam mais que cerca de 30% dos votos totais dos eleitores.

Façamos as contas do tamanho do "demos": subtraindo do nº total de eleitores os não alistados (+ou- 2%), a abstenção (que gira em torno de 10%), os votos nulos (+ou- 5%), os votos em branco (+ou- 4%), os votos em suplentes (mais da metade), a Casa Legislativa abriga, em percentual arredondado, entre 20% e 30% do total de eleitores (conta realizado pelo Vereador Carlão, de Belo Horizonte, no Seminário Internacional sobre Democratização do Parlamento – Brasil/Alemanha – maio de 2.005). A maioria está excluída da representação proporcional.

É razoável imaginar que a parcela negra da população esteja em proporção maior entre esta maioria não representada, como consequência do processo de exclusão dos negros decorrente da escravidão, do racismo, das

professor, não se trata de confeccionar apenas um 'pacote' de reforma política, ao sabor do impacto do denominado 'mensalão', que poderia ser dominado pelas circunstâncias, secundarizando a prioritária reestruturação do sistema de representação política.

A lúcida Deputada Estadual do PT-RJ, Jurema Batista, em manifesto recente, além de fidelidade partidária e financiamento público de campanha, propugna que as listas fechadas partidárias reflitam "o percentual racial, de gênero, de classe em cada Estado. Tal questão é crucial para a representação popular. Afirma a Deputada que "listas com reservas para estes setores (negros, mulheres) que até então, pelo sistema partidário atual, ficam de fora das mesas de decisão e do espaço do poder."

E finaliza com precisão: "lista que tem no seu topo homens ricos e brancos não representa a diversidade do povo brasileiro"

Este escrevinhador esteve com a Deputada Jurema Batista durante a Ia. Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, realizada em Brasília e pode acompanhar o debate em comissão do Senado Federal, em audiência presidida pelo Senador Paulo Paim, quando dividiram a mesa diversos parlamentares negros, em debate que apresentou o projeto da TV da Gente, proposta pelo cantor e apresentador Netinho. Momento marcante do Parlamento brasileiro.

14. Negros e o funcionalismo da Assembléia Legislativa Paulista

Embora haja poucos dados disponíveis sobre cor/raça dos funcionários da Assembléia, é fácil constatar o reduzido número de funcionários negros e sua concentração em cargos operacionais (hidráulica, elétrica, pintura, serviços de copa, gráfica e agentes de segurança/motoristas) e de nível médio, classificáveis como subalternos.

Não há procuradores negros e os negros são exceções em categorias de nível universitário como Agente Técnico Legislativo, assim como na área de Informática. Concentram-se, em simbologia eloqüente, no subsolo e na garagem. Cresceram, em números absolutos e relativos, com a terceirização de serviços como limpeza e a contratação de estagiários para as portarias e trabalhadores da frente de trabalho do governo estadual em número total próximo a 400, aviltados em suas condições de vida e trabalho, com salários inferiores a 2 mínimos.



Grupo Negros e Políticas Públicas em Plenarinho da Alesp
- acervo pessoal - foto de Ogoná Zambi (2004)

Nos gabinetes, concentram-se

em cargos de confiança, demissíveis 'ad nutum', de menor remuneração, com algumas exceções. Na área de Recursos Humanos ocupam cargos de chefia intermediária e há estrondosa exceção que é a Diretoria de Finanças. Rarissimamente ocupam chefia de gabinete nas vagas da Mesa Diretora da Casa ou cargos de destaque na Secretaria Geral de Administração ou Parlamentar. São minoria reduzida, inclusive, nas Lideranças Partidárias e no funcionamento das sessões.

Até o advento da Constituição Estadual de 1.989, quando o ingresso no funcionalismo passou a ser exclusivamente por concurso público, não raramente só puderam ingressar como auxiliares de portaria ou contratados pela Lei 500, em contratos precários, de renovação periódica.

Embora o autor desta monografia tenha proposto, à Diretoria de RH, a realização de seminário sobre o tema, com vistas à contratação de profissionais especializados para rever quesitos de cadastramento, incluindo o quesito cor/raça e o acompanhamento da evolução funcional dos funcionários negros, nada foi realizado neste sentido, nem tampouco em matéria de gênero (ver anexo 2).

A direção sindical, embora concentre diversos negros já a partir de meados dos anos 90, não ousou criar o cargo de diretor de relações raciais e parece estar sob as 'amarras branco-européias do leninismo' (a linha principal da diretoria ainda é dada pela corrente sindical classista e pelo Partido Comunista do Brasil - PCdoB).

Ilustrativa das dificuldades de evolução funcional do negro na Assembléia é a história contada pelo aposentado Argemiro Rodrigues que, homenageado no evento de posse da Diretoria do Sindalesp narrou que tentou, infrutiferamente, durante muitos anos melhorar sua situação funcional, de auxiliar de portaria. Só o conseguiu, transferindo-se para a taquigrafia após auxiliar a troca de pneu do veículo que conduzia a esposa do governador, em encontro casual durante tempestade na via Anchieta.

14.1. A inserção dos funcionários da Assembléia na luta contra o racismo.

Documentados por jornais do Sindicato e da Associação de Funcionários, podemos observar a participação de funcionários na Marcha Zumbi contra o Racismo, em 95, a Brasília, por ocasião do Tricentenário



Sindicalistas com Presidente e Secretário Geral de Administração - foto do acervo do Sindalesp - 1997



Milton Barbosa(MNU), Seu Candinho(PDT) e o escritor na Marcha Zumbi a Brasília - 20/11/1995

da Imortalidade de Zumbi, custeando a ida de um ônibus à Capital Federal e na exposição da temática em alguns artigos, de autoria deste escrevinhador. Mas somente a partir de 2.001, com o início da organização das Semanas de Cultura Negra foi possível engendrar o hoje denominado Grupo Negros e Políticas Públicas da Assembléia, que agrega cerca de 20 ativistas anti-racismo, inclusive brancos, participante ativo da mobilização em torno de eventos e da Conferência Estadual e Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Houve a participação de grande delegação de funcionários às Conferências de Promoção da Igualdade Racial. Em Brasília, estivemos em 8 funcionárias e funcionários, 5 como delegados e 3 como convidados.



O escrevinhador com Denise, a organizadora da lista da internet negros e políticas públicas e colegas - acervo pessoal - 2000

15. A Organização Política dos Negros:

15.1. Período Colonial e Imperial

A história da organização política dos negros em São Paulo é criativa e secular. A constituição de agrupamentos de resistência e libertação de negros em quilombos, irmandades, grêmios culturais, recreativos e esportivos e órgãos de imprensa foram elencados por Florestan Fernandes e Clóvis Moura, e mais recentemente por dezenas de estudos.

Na São Paulo do Brasil Colônia “há que se mencionar as organizações religiosas como a Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, fundada em 1.711” (VALENTE, 1986).

No Império, é notável o fortalecimento de organizações libertárias no período abolicionista, a partir de meados da década de 1.860, das quais se destacam os caifazes e o quilombo de Jabaquara, em Santos. Mas é de se registrar a repressão implacável centralizada pelo Vice-Presidente da Província aos líderes da tentativa, ainda no ano de 1.848, de organização de insurreição dos escravos na região de Lorena, Vale do Paraíba, a pena monstruosa de 14.000 chibatadas (ver artigo de Marcos Couto Gonçalves, da Revista nº 3, do Acervo Histórico da Alesp, do 1º semestre de 2.005).

Se em âmbito nacional é indispensável citar Joaquim Nabuco, André Rebouças e José do Patrocínio, em âmbito paulista é de se ressaltar o empenho do maior abolicionista paulista, Luiz Gama, com síntese biográfica que transcrevo da nota do artigo supra citado, encontrável às fls 63 da Revista: “Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882) nasceu em Salvador, filho de um fidalgo português e de uma africana livre. Vendido como escravo pelo seu pai endividado, trabalhou em Lorena, na fazenda do português Antonio Pereira Cardozo (que posteriormente

se suicidou em face das investigações de assassinar de modo bárbaro, em agosto de 1.861, quinze de seus escravos), até 1848, quando, tendo aprendido a ler e escrever, descobriu que era livre pelas leis vigentes (já que sua mãe não era escrava) e fugiu para São Paulo. Foi escritor, editor e participou dos jornais humorísticos Diabo Coxo, fundado por ele, e do Cabrião, este último como colaborador. Empregado como amanuense da Força Pública, começa a estudar as leis e a defender inúmeras ações de liberdade, conseguindo alforriar na Justiça mais de mil escravos. Demitido em 1869, quando houve a queda do Gabinete Liberal e as conseqüentes “derrubadas” nas Províncias, passa a participar como redator do Radical Paulistano e, depois, do Polichinelo. Em seu último ano de vida, foi advogado do Centro Abolicionista de São Paulo. Morreu em 24 de agosto de 1882, aos 52 anos, vítima de complicações do diabetes.” O líder negro incontestemente não chegou a presenciar a abolição da escravatura, feita à moda da monarquia ‘branca’: com a promulgação da lacônica Lei Áurea: sem reparações, sem preparações para o trabalho livre – a própria escolha da data para a assinatura, 13 de maio, data comemorativa do aniversário do bisavô da Princesa Izabel, D. João VI, pode ser lida como a tentativa de passar à História como ‘presente de vovô’. Daí a recusa do movimento negro, que provavelmente seria defendida por Luiz Gama, de comemorar o 13 de maio como data da libertação. Consciência Negra é Zumbi, é 20 de novembro, como aponta a poesia abaixo, contribuição do escrevinhador :

*Liberdade
por Tilango*

*Senhor Feudal
Se Pedro Segundo
Vier aqui
Com história
Eu boto elle na cadeia
Oswald de Andrade (in Azonagne)*

*A Liberdade...
O Conde D’Eu?
Ou foi a Princesa Izabel?
Por que é que Luiz Gama morreu?
13 de maio: abolição no papel
Ouropel de europeu...
O branco se livra da culpa,
O negro, descendente de africano
Entra pelo cano.
Agora eu bem me lembro:
Zumbi é 20 de novembro!
E quem ficar contra cotas
É cínico ou é idiota!
Reparações, já! Reparações, já!
Porque o Brasil precisa mudar!*

Celso Fontana (13 de maio de 2.003)

Na febre da campanha abolicionista, que empolgou a população, registramos, em âmbito nacional, os poetas e escritores Castro Alves (ver o poema Navio Negreiro), Cruz e Souza (ver o poema Ódio Sagrado) e o próprio Machado de Assis (ver sua crônica publicada no 'Gazeta de Notícias', apenas 6 dias após a abolição legal).

No âmbito paulista é de se reverenciar, além do supra mencionado Luiz Gama, o líder do quilombo de Jabaquara, em Santos, negro, ex-escravo, sergipano de nascimento mas santista emérito, Quintino de Lacerda, que organizava o acolhimento das centenas de escravos em fuga, transportados pela ferrovia que interliga Jundiaí a Santos, com o auxílio de ferroviários abolicionistas. Grande também foi a contribuição de Antonio Bento de Souza e Castro. Filho de família rica, Antonio Bento, como era conhecido, foi promotor e juiz de Direito em diversas comarcas, inclusive em Atibaia. Seus métodos pouco ortodoxos de libertação de escravos o tornariam famoso. No enterro de Luiz Gama, em agosto de 1882, jurou em voz alta não abandonar a luta contra a escravidão e sucedeu o amigo morto na direção do Centro Abolicionista de São Paulo. Promovia, juntamente com outros membros da Ordem dos 'Caifazes', fugas e proteção de escravos, em especial na região de Campinas. Há registro de que visitou o Quilombo de Jabaquara, em Santos, em outubro de 1882 (site viva Santos). Foi editor de jornais abolicionistas, dentre os quais "A Redenção" e "A Liberdade"; foi provedor da Confraria N. Sra. dos Remédios, onde abrigavam escravos em fuga e protetor da Irmandade N.Sra. do Rosário. Há muitos heróis e heroínas ainda anônimos, que deverão ser estudados e suas memórias resgatadas, nos próximos anos.

Cada um dos expressamente mencionados já mereceu ou merece biografia e estudo suficientes para uma monografia, dissertação ou tese exclusiva, muito maiores que os limites desta pequena contribuição.

Interessa-nos estudar a repercussão das ações do movimento negro e libertador nos discursos e proposituras do Parlamento Paulista, apenas alinhavados nesta monografia. Recente artigo encontrável no Acervo Histórico oferece as primeiras pistas para reflexão e estudo do período pré-republicano, (Revista do Acervo Histórico de junho de 2005), mas o aprofundamento da pesquisa histórico-geográfica e sociológica é empreitada para equipe de pesquisadores, diante da enorme quantidade de atas de registro das sessões e dos pronunciamentos da tribuna parlamentar.

Por hora, basta resumir a tendência majoritária do olhar dos parlamentares nos debates: preocupação com a indenização do proprietário em face da abolição da escravatura, interesse em evitar a desorganização da produção, equacionando o problema da mão-de-obra para a lavoura cafeeira, através de políticas de imigração concentradas exclusivamente em 'colonos' brancos, açorianos, italianos, espanhóis, comprováveis pelos projetos de imigração do Senador Vergueiro, entre outros (ver Migração no Brasil de Regina Bega Santos). Há indícios suficientes para afirmar que os pilares da política e da ideologia do 'branqueamento' foram construídos a partir das 'Casas Grandes' e de sua extensão, as 'Casas Legislativas', os órgãos do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público.

Tendência muitíssimo minoritária, mas eivada de justas preocupações, propugnou a readaptação do trabalhador escravizado para o trabalho livre, com reforma agrária e acesso à educação. Esta tendência perdeu, e o preço da derrota foi a enorme ‘dívida social’, que o país paga até os dias atuais. Impossível compreender a estrutura de (mau) atendimento de crianças e adolescentes (orfanatos e Febens), de adultos infratores (sistema prisional e estrutura policial), de desamparo à velhice (sistema de asilos) e aos portadores de sofrimento mental (sistema manicomial) sem inter-relacioná-los com a lei do Ventre Livre, a da contravenção da Vadiagem, a Lei do Sexagenário, a Lei Áurea e a eugenia.

15.2. Período Republicano

Não há exagero em afirmar que a própria ‘Revolta da Vacina Obrigatória’, na Capital da recém-proclamada República continha previsível e angustiante temor de genocídio dos negros pelo poder branco. (sobre eugenia, ver SCHWARTZ, 1987 – sob o título ‘Os novos personagens – o “negro degenerado”’)

Da mesma forma, não há exagero em afirmar que a ‘Revolta da Chibata’ foi a manifestação da resistência negra dos marinheiros, liderados por João Cândido, contra a violência disciplinar do oficialato branco da Marinha Brasileira.

Há espaço para estudo sobre a repercussão na Assembléia Legislativa Paulista, do processo abolicionista e das leis emancipatórias discutidos na Câmara de Deputados e no Senado.

Com o aparecimento da imprensa negra, a partir de 1.915, com “O Menelick”, vemos a proliferação de documentos a comprovar a capacidade de resistência negra, mesmo em condições muito adversas. Com a diversidade, que contrasta as posições do “Clarim da Alvorada”, de José Correia Leite, e a “Voz da Raça”, periódico da principal organização negra, a Frente Negra Brasileira, fundada em 1931, com milhares de sócios em São Paulo e secções no interior e em outros estados. A pluralidade é a marca: a Frente Negra Brasileira, de viés conservador, “teve o cuidado de não tomar partido” (depoimento de Marcello Orlando Ribeiro – ex-Inspetor Chefe da extinta Guarda Civil, posteriormente Tenente Coronel da Polícia Militar a Barbosa, 1999) não apoiou a Revolução de 32. Para mobilizar a população negra foi criada a Legião Negra, tendo como comandante civil o advogado negro Guaraná de Santana, que, a partir da sede na Barra Funda – Chácara do Carvalho, alistou e organizou a participação de centenas de negros na resistência paulista. José Correia Leite, em depoimento a Márcio Barbosa questiona o olhar histórico: “A negrada toda ficou importante com a Legião Negra, e foi uma legião de verdade. Se teve gente que brigou naquela Revolução de 32 foram os negros, e iam de noite, de caminhão, desfilavam na cidade recebendo flores. Hoje eles festejam a Revolução de 32, mas não mencionam a Legião Negra, não mencionam a participação do negro, é engraçado, né ?” (BARBOSA, 1998 – pág. 76 e 78)

Foi da negociação com o interventor nomeado por Getúlio Vargas, em São Paulo, que foram recrutados os primeiros negros para a Guarda Civil, anteriormente exclusividade de brancos, mesmo se estrangeiros e analfabetos. “Dos duzentos que entraram, ficaram uns cem ou cento e vinte.” (do supra citado depoimento do Coronel Marcello, pág. 84).

Os Frentenegrinos conseguiram registro na Justiça Eleitoral, como partido político em 36, com parecer favorável do então Procurador de Justiça, Armando Prado (será o próprio ou homônimo do Deputado Armando Silva Prado, da República Velha, relacionado na lista do Cap. 2.1 ?), pouco antes da extinção dos partidos políticos decretadas em 1.938 pela Ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas (ver FERRARA, 1.986). O depoimento de Francisco Lucrécio, Diretor-Secretário da Frente Negra Brasileira a partir de 34 (BARBOSA, 1999, pág. 44), sintetiza uma compreensão: “Eu fui candidato a deputado, o sr. Arlindo (Arlindo Veiga dos Santos, presidente da entidade) também saiu. Mas o nosso objetivo era o de mostrar que, realmente o negro podia ser candidato e podia ser eleito, porque não existia uma compreensão nem por parte do negro nem por parte do branco em votar num elemento negro. Nós sabíamos perfeitamente que nós não seríamos eleitos, mas era necessário que levantássemos essa bandeira para que houvesse uma conscientização de que nós também somos cidadãos brasileiros, com direito de sermos candidatos e sermos eleitos. Na época foi um avanço.”

Nos dizeres do Professor Kabengele Munanga, em entrevista recente publicizada na internet, “a Frente Negra Brasileira foi um movimento social fundado por uma elite negra nos anos 30. Ela foi a primeira a denunciar o mito da democracia racial, e só depois a Academia foi estudá-lo. Aqueles negros colocaram um problema que hoje estamos colocando: a educação é um dos caminhos para poder integrar o negro no mercado de trabalho, no sistema de poder.”

Em São Paulo, o ademarismo, através do seu PSP (Partido Social-Progressista) negocia com os frentenegrinos, remanescentes da década de 30, a criação de empregos em grande quantidade para trabalhadores negros no DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica); isto explica certa resistência ao janismo no meio negro da Capital e do interior, consoante as Memórias da Frente Negra (Quilombhoje – Barbosa – 1.999).

A redemocratização de 45 reuniu ativistas negros tanto no PTB, no PCB e em outras legendas.

15.3. Período Republicano - Pós 64

A ditadura militar de 64 trunca os processos de reformas de base e ampliação de direitos. A história da resistência à ditadura ainda carece de estudos resgatando a memória negra da guerrilha urbana e rural.

Impulsionada pelo Movimento de Consciência Negra nos Estados Unidos, por Martin Luther King e Malcon X, pelos panteras negras e pelo slogan “black is beautiful”, que virou inclusive música na voz da cantora Elis Regina, a resistência negra manifesta-se mais pela cultura, sendo certo que o “black

power”, mais do que o cabelo, foi uma atitude, que se expressou na mídia com Jorge Ben(Jor), Simonal (‘Sei sou um homem de cor’...) e Tony Tornado (BR-3). ‘Atitude’, como se nota, não é uma contribuição original do movimento hiphop a partir dos anos 90...

A resistência negra é impulsionada por figuras que são verdadeiras lendas ou legendas de dignidade, como Steve Biko e Nelson Mandella, que enfrentaram e foram perseguidos pelo apartheid sul-africano. Também repercutiram em São Paulo os movimentos de libertação nacional dos países africanos, mormente em Angola (MPLA- Movimento Popular de Libertação de Angola) e de Moçambique (FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique). Marcam o imaginário da resistência negra paulista o filme ‘Eritréia’, de Ari Cândido Fernandes, sobre a região nordeste da África, próxima à Etiópia, a organização e realização dos Festivais Comunitários Negro Zumbi dos Palmares (FECONEZU) e de eventos culturais diversos.

A agonia decadente da ditadura militar, período muito ‘branco’ e quase nada ‘negro’, tem marco histórico construído pelo movimento negro brasileiro: a criação, em pleno centro histórico paulistano – Praça Ramos de Azevedo, em frente ao Teatro Municipal e ao antigo ‘Mappin’, do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, em 78, que posteriormente resultaria em entidade MNU – Movimento Negro Unificado e diversos outros agrupamentos negros e/ou anti-racismo. O escrevinhador foi advogado da viúva e filhos de Robson Silveira da Luz, barbaramente torturado em delegacia de polícia, em substituição ao advogado Carlos Cardoso, que se tornou promotor. O protesto histórico reuniu cerca de 2.000 ativistas contra o racismo estampado na violência policial contra Robson, no impedimento de acesso a 4 esportistas adolescentes negros em Clube da Capital e nas questões gerais do anti-racismo.

De fato, a ditadura proibira a coleta do quesito cor no Censo do IBGE de 1.970, e não sabia como enfrentar o ‘discurso de que havia racismo no Brasil’ (reflexão do antigo mas jovial ativista Ogona Zambi). Afinal, a única pregação que dominavam era a ‘ladainha’ de existência de ‘democracia racial’, no modelo de cordialidade de Gilberto Freire. Interessante notar que na Pesquisa do Data-Folha, em 14 capitais pesquisadas, Recife, capital do Estado de Pernambuco tenha sido apontada como ‘a mais racista’, seguida por Curitiba, no Paraná (análise transcrita de memória, a conferir). Em parte pela tradição quilombola da resistência de Palmares (a Serra da Barriga onde se concentrou o maior e mais duradouro quilombo do Brasil, localiza-se entre Alagoas e Pernambuco), em parte pela influência do intelectual Gilberto Freire, que com o discurso da existência de uma ‘democracia racial’ proporcionou seu desdobramento: a pretensa existência de ‘racismo cordial’ no país. Registre-se que nem mesmo o Deputado Federal do PCdoB de São Paulo, Aldo Rebelo, escapou de prestar homenagens ao seu conterrâneo, no centenário do nascimento do intelectual pernambucano, conforme publicação da Câmara dos Deputados.

15.4. Deputados Negros na Oposição

No início do período ditatorial cresce a força de um advogado negro santista, ligado a político tradicional de Santos (Emílio Justo) e aos trabalhadores do porto. Refiro-me ao surgimento no cenário da figura empolgante de Esmeraldo Tarquínio, deputado estadual - MDB. Prefeito Municipal daquela cidade, eleito pelo MDB, foi cassado pela Ditadura Militar e virtual deputado estadual pelo PMDB, faleceu cinco dias antes da eleição de 82, e mesmo assim obteve mais de 30.000 votos... Esmeraldo Tarquínio era a maior esperança do movimento negro para ocupar Secretaria de Estado no governo do PMDBista André Franco Montoro.

Com a extinção dos partidos, em 66, pela ditadura militar, e a criação do bipartidarismo ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro), foi eleito Deputado Federal o empresário negro bem sucedido Adalberto Camargo, que exerceu sucessivos mandatos a partir daquele ano, sempre pelo MDB. Nos mandatos seguintes auxilia enormemente, a eleição da primeira Deputada Estadual Negra, Theodosina Ribeiro, assim como a de Paulo Rui de Oliveira, que conseguiu se tornar o primeiro Vereador negro a presidir a Câmara paulistana. Episódio envolvendo preterização, por parte de ex-Governador, da direção da Executiva PMDBista o conduz ao partido situacionista PDS (Partido Democrático Social, sucessor da ARENA), levando consigo a ex-Deputada e o Vereador Paulo Rui. Como candidatos situacionistas são derrotados nas eleições de 82 (tiveram respectivamente 7.291, 6.469 e 6.729 votos - ver entrevista reveladora de Adalberto Camargo em Valente-1994).



Seu Nenê, Osvaldo Ribeiro, Adalberto Camargo, Antonio Carlos Arruda e amigos - foto na Igreja N Sra. do Rosário dos Homens Pretos - durante homenagem a Francisco Lucrecio, da Frente Negra Brasileira - 2001

Sobre a eleição de 1.982 a dissertação de mestrado de Maria Lúcia Valente detalha estratégias, resultados e avaliações eleitorais, com extenso trabalho de pesquisa sobre eleitores, candidatos e grupos políticos que não é o caso de reproduzir nem mesmo resumir nesta monografia. É de se destacar apenas:

1. A existência de candidaturas negras nos cinco partidos políticos que se seguiram ao bipartidarismo;
2. O voto negro majoritariamente nos partidos de oposição à ditadura (mais de 90%);
3. A novidade introduzida para beneficiar a ditadura militar, do voto vinculado;
4. A organização de agrupamentos negros em especial no PMDB e no PT;
5. A fragilidade histórica do PDT paulista, decorrente de sua vinculação ao getulismo e a brizolismo, pois, embora existisse a Secretaria do Movimento Negro do Partido organizada sob os auspícios do grande líder concentrado no Rio de Janeiro, Abdias do Nascimento, essa legenda nunca angariou simpatias substanciais no Estado de São Paulo.

Em 82, apenas o Vereador do MDB, Benedito Cintra, que já obtivera

expressiva votação para Vereança em 76 foi eleito, já pelo PMDB, com mais de 60.000 votos para esta Assembléia. Embora não apresentasse um discurso eleitoral racial, assumiu boas posturas e só não seguiu sua carreira parlamentar promissora por envolvimento em episódio afetivo, que lhe custou a interrupção por cerco da imprensa sensacionalista e, talvez, pela falta de apoio do próprio Comitê Central do recém saído da clandestinidade PCdoB. Deputado branco daquela legislatura e diversos funcionários concordam com minha avaliação de que o ingrediente racismo foi decisivo para o desdobramento da denúncia policial que, embora não tenha se convertido em cassação por falta de decoro parlamentar, interrompeu a promissora carreira por conduzir-se-lhe à execração pública e a um linchamento moral, que com o desdobramento fático (o falecimento da mulher durante o parto) mostrou quão vil pode ser um julgamento moralista. Este escrevinhador recorda-se de ter escutado o programa radiofônico de locutor que se promoveu com o episódio do flagrante; atualmente o ex-Deputado integra a direção da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Seppir, vinculada diretamente à Presidência da República.

A partir daí, o registro e as reflexões sobre os deputados negros na Assembléia foram acompanhados pelo autor desta monografia como o antigo 'Repórter Esso': testemunha ocular da história.

15.5. Nem todos são de oposição

O Deputado Estadual João do Pulo-PFL, se elege com a facilidade de um campeão mundial. Interessante notar que só fazia dobradinha com um candidato a deputado federal branco, do mesmo partido. Encerrado o segundo mandato, o ex-Deputado João do Pulo, sem apoio e com problemas de diabetes e alcoolismo vem a falecer (não há certidão de óbito nos registros da Assembléia).

Segue-se a carreira de Nelson Salomé, médico obstetra emérito de Araras, com milhares de partos realizados, em especial para a população negra e carente, que ocupou a Vice-Prefeitura daquele Município, e que exerceu dois mandatos estaduais (transitando entre os partidos PDS e PL), não conseguindo se reeleger pelo PSDB, embora com votação em torno de 50.000 votos. Sempre na base governista, o Deputado propugnava a integração do negro pelo mérito. Cinco rápidos episódios que presenciei ilustram a conduta e a visão do parlamentar: 1. Narrou-me que foi barrado quando subia no palanque eleitoral, por seguranças do então candidato a Governador Mário Covas, e com a serenidade que lhe é peculiar, o constrangimento racial foi contornado pela apresentação de sua carteira de identificação parlamentar; 2. Quando da prisão envolvendo indícios de abuso de autoridade e espancamento dentro das instalações do 3º Distrito Policial da Capital, pela polícia civil paulista, do Coordenador do MNU Milton Barbosa e do Mestre de Capoeira Neninho de Obaluayê, intercedeu junto ao então Secretário de Segurança Pública, Michel Temer, pela remoção do capoeirista para o Hospital Penitenciário, eis que seu braço fora

quebrado; 3. Durante os preparativos para a viagem da comissão de deputados autorizados a representar a Assembléia Paulista em Durban (Nivaldo Santana PCdoB, Renato Simões-PT e o Deputado Nelson Salomé- naquela ocasião no PL), perguntamos ao seu sobrinho por afinidade, branco, chefe de seu gabinete se o Deputado confirmara sua ida para a África do Sul; a resposta foi constrangedora, com a avaliação: “não deveria ser Conferência Mundial Contra o Racismo; deveria ser sobre o racismo” – o constrangimento pela pérola foi tamanho, que até a assessora jurídica negra do Deputado, que acompanhava a reunião pareceu-me controlar a vontade de dar-lhe um nó na língua para desatar-lhe o nó do pensamento torto; 4. Em evento do Dia Nacional da Consciência Negra realizado na segunda metade da década de 90, com a presença da atriz Camila Pitanga, no Hotel Higienópolis, o Deputado, ao encerrar os trabalhos do evento, convidou os presentes a visitarem sua cidade de Araras, pois “lá não existe racismo”; 5. Embora seus cartões de Natal estampassem crianças brancas, o Deputado contava em sua assessoria com o Seu Mário, diretor do tradicional clube negro paulistano ‘Aristocrata’ e com a auto-controlada assessora jurídica negra. Mas, independentemente de posições partidárias, o parlamentar sempre transmitiu seriedade, serenidade e consciência de responsabilidade no exercício de seu mandato, sendo que seu jornal de campanha é esmiuçada prestação de contas de realizações regionais.

15.6. A Contemporaneidade: Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial

Na trajetória parlamentar negra a eleição de Nivaldo Santana em 1.994, representou novidade importante. Após ocupar a presidência do Sindicato dos Trabalhadores em Purificação de Água e Meio Ambiente (Sintaema), funcionário administrativo oriundo da empresa pública SABESP, filiado ao PCdoB, Nivaldo Santana conseguiu se eleger e segue agora em seu 3º mandato, com votações crescentes. João Bosco, ex-Presidente do Sindicato dos Funcionários da Assembléia fora o candidato comunista com discurso anti-racismo (embora não fosse ativista da entidade Unegro – União de Negros pela Igualdade, na qual se destacavam os professores Denis e Juarez). Mas Nivaldo profissionalizou em seu gabinete assessora especializada em relações raciais, que juntamente com outros funcionários da Alesp conseguiram institucionalizar as Semanas de Cultura Negra.

Nas eleições de 2.002, houve a reeleição do Deputado Nivaldo Santana, pelo PCdoB (último da coligação, mas com a extraordinária votação superior a 56.000 votos), a eleição do Deputado Sebastião Arcanjo (Tiãozinho), pelo PT (penúltimo com mais de 57.000 votos) e a eleição do Deputado Marcelo Cândido, também do PT, com votação superior a 60.000 votos. A partir desta multiplicação de negritude autêntica, foi possível criar, ainda em 2.003, a Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial, com cerca de 20 parlamentares estaduais, de diversos partidos políticos. A Frente Estadual se relaciona com

organizações de âmbito nacional de parlamentares do Congresso e embora com frágil estrutura, tem desenvolvido ações juntamente com o Movimento Negro e com o Grupo Negros e Políticas Públicas.

Os eventos que participamos são importantes novidades no cenário parlamentar: autoridades de países africanos passam a freqüentar mais assiduamente este Poder; representações da religiosidade de matriz africana (em especial Candomblé e Umbanda) pas-

sam a ser homenageados dentro do Plenário Juscelino Kubtschek, o que seria quase impensável em legislaturas anteriores; denúncias de violência policial contra negros, como a do assassinato do recém-formado dentista negro Flávio Sant'Anna, acompanhadas de dentro da instituição parlamentar.



Recepção à filha do presidente de Moçambique pela Frente Parlamentar pela Igualdade Racial - foto do acervo pessoal - 2004

15.7. E as Deputadas Negras, quando serão eleitas ?

Podemos avaliar os avanços havidos nos últimos anos como ainda tímidos. Representação popular sem a eleição de mulheres negras é hipocrisia institucional para um Estado de pelo menos 4 milhões de mulheres negras alistadas, como o paulista. Imaginemos uma cota mínima de 5% de mulheres negras e de 5% de homens negros. Ocupariam cadeiras deste parlamento pelo menos cinco mulheres negras e haveria aumento dos deputados negros dos atuais 4 para 5. Alguém tem dúvida que a tendência deste aumento seria melhorar a qualidade dos debates sobre os temas de interesse popular ?

Imaginemos, apenas para ilustrar, o debate sobre políticas para adolescentes e jovens infratores e sobre instituição como a Febem: não se ressentem, a Assembléia Paulista, das reflexões, do olhar e das proposições das mulheres negras ? Por maior que seja a capacidade de intervenção de valorosos parlamentares brancos como o Deputado Antonio Mentor ou a Deputada Maria Lúcia Prandi, esta Casa Legislativa ressentem-se da ausência de mulheres negras para a formulação da política pública nesta área. A visão que poderá estar prevalecendo é a de outros parlamentares eleitos sob os auspícios de uma visão branca, quiçá policialesca e excludente. Não serão resquícius do parlamento do período escravocrata ? Nas discussões sobre Plano Plurianual, Diretrizes e Orçamento a contribuição de mulheres negras poderia mudar o olhar predominantemente 'branco' e 'masculino'.

A Revista da Abong (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais), distribuída na recente Conferência Nacional de Promoção da

Igualdade Racial (30 de junho, 1º e 2 de julho de 2005), traz excelentes artigos sobre mulheres negras. Destaco a apresentação do diretor geral, Jorge Eduardo S. Durão, informando “o compromisso assumido por suas associadas na Assembleia Geral de setembro de 2003, na qual reconheceram como um imperativo ético e político a luta contra a desigualdade racial e a definiram como uma prioridade da Associação.”

Destaco, ainda, o artigo da Doutoranda da UFRJ, Jurema Werneck, a partir de estudo da pesquisadora norte-americana Kimberlé Crenshaw, a demonstrar que “os múltiplos fatores e seus efeitos interativos potencializam-se, são indivisíveis e resultam num indivisível quadro de desvantagens. Pobreza, violência, violação cotidiana de direitos, afrontas à dignidade e intolerâncias(...) produzindo diferentes formas de apartheid(...) por meio de duas vertentes: (1) o racismo que formuladores(as) e gestores(as) das políticas públicas carregam e não enfrentam adequadamente; e (2) o chamado racismo institucional.” E que “Uma resposta já estabelecida internacionalmente, mas utilizada ainda de forma limitada no Brasil (*e em São Paulo*) são as ações afirmativas. Partindo do pressuposto – originado na ética – de tratamento desigual para desiguais como forma de possibilitar o alcance da equidade...”

16. Conclusão

*“Democracia não existe, movimento partidário não existe,
a não ser pra eles (os brancos)”*

Francisco Lucrecio (Barbosa, 1999)

*“Mesmo que voltem as costas
às minhas palavras de fogo...”*

Carlos de Assumpção (in Protesto – 1954)

Colocar o aumento da representação política do negro na agenda política do Brasil e do Estado de São Paulo é tarefa conjunta do movimento negro, da cidadania ativa e da intelectualidade orgânica.

Poucas pessoas se dedicam a esta ação estratégica para reorganizar as instituições políticas no Brasil. Este escrevinhador há anos se concentra nesta luta, mesmo ciente das limitações do Parlamento.

Sincronizar as ações dos parlamentares estaduais negros de São Paulo com os parlamentares federais e municipais, reunidos em torno de Frentes Parlamentares em Defesa da Igualdade Racial, do Grupo Parlamentar Brasil-África e de agrupamentos partidários é tarefa indeclinável para a qual esta monografia contribui, ainda que timidamente.

Exigir a adaptação do Parlamento, para que possa receber a demanda histórica da população negra significa modificar, inclusive, os espaços físicos das Casas Legislativas, com palcos e infra-estrutura que possibilite a apresen-

tação das múltiplas manifestações culturais, religiosas e políticas da comunidade negra . Significa, também:

- prestar serviços de atendimento à cidadania violentada com o racismo, através do SOS-Racismo;
- investir na formação política de estudantes negros para o preparo de lideranças negras, e introduzir ou aumentar o número de vagas nos cursos das escolas do Legislativo ou do Instituto do Legislativo Paulista ou do Parlamento Jovem;
- investir na garantia legal de novos mecanismos de acesso, como políticas de ação afirmativa, incluindo cotas;
- introduzir mecanismos de controle democrático de cor/raça para o acesso de funcionários, mesmo nos concursos públicos;
- democratizar 'racialmente' a mídia parlamentar, em especial, as TVs legislativas e, em São Paulo, a TV Assembléia;
- questionar a vestimenta de 'homem branco', o terno e a gravata, como de uso obrigatório sob pena de falta de 'decoro parlamentar'
- impedir as tentativas de homogeneização cristã;
- questionar os procedimentos estreitamente escritos no processo legislativo, valorizando a oralidade na tramitação e negociação de proposições nas comissões e nos plenários das Casas Legislativas ;
- aumentar a utilização da radiofonia para divulgação de debates e proposições;

Todo esforço para que o Parlamento não se reduza ao "blá, blá, blá", à verbosidade e à grandiloquência é bem vindo. Que o Parlamento signifique, cada vez mais, representação efetiva da diversidade humana, riqueza maior de nossa civilização em construção.

Comparando Lênin e Gramsci, o pensador Norberto Bobbio (BOBBIO, 1982, in O Conceito de Sociedade Civil – págs. 44 a 49), demonstra as situações diferentes da Rússia e da Itália e os sentidos da palavra 'hegemonia', que transita de direção política para direção cultural, ampliada, em Gramsci, a compreensão da necessidade da sociedade civil 'abraçar' causas propostas inclusive pelos partidos políticos.

Se adicionarmos as reflexões do professor Marco Aurélio Nogueira (NOGUEIRA, 2001, págs. 90/94) de cidadania passiva e cidadania ativa, temos a compreensão da necessidade de aumento da representação negra no Poder Legislativo como imperativo ético a se tornar hegemônico pela exigência da cidadania ativa, no sentido de direção cultural para a sociedade e para o Estado.

Somando-se, ainda, com as reflexões contidas no documento da Abong, referido no capítulo anterior e com as minhas próprias sobre critérios de acesso, temos o quadro de que a sociedade civil, no Brasil, compreendeu recentemente os reclamos e as justas reivindicações do movimento negro e que vivemos o momento histórico de pressionar as instituições do Estado, inclusive no âmbito do Poder Legislativo Estadual, para, em função da hegemonia da

compreensão da injusta exclusão, implantarmos mecanismos e critérios reformadores de acesso às cadeiras do poder.

Na atual conjuntura política de graves acusações aos mecanismos de convencimento parlamentar é preciso pautar a agenda política com temas estruturantes dos compromissos da sociedade civil hegemônica, culturalmente, pela necessidade de melhorar a representação popular.

As políticas de ação afirmativa (ver MEDEIROS, 2004, em especial págs. 149 a 158, respondendo com precisão aos seis argumentos contrários às cotas) entram exatamente neste momento. Sem este conjunto de medidas tendentes a promover a igualdade de gênero e raça, incluindo cotas nas listas partidárias (ver documento da Deputada Estadual do PT do Rio de Janeiro, Jurema Batista), qualquer reforma não passará de arremedo, e a sociedade civil cobrará tentativas de tergiversação.

Para sair da crise política: Mulheres e Negros no Poder. E, em especial, Mulheres Negras no Poder. O resto são resquícios do agonizante patriarcalismo eurocêntrico: dribles sem ginga, sem charme, sem raça, sem garra e sem alma, a empurrar com a barriga (gorda, branca e peluda) o necessário equacionamento da 'dívida social' no Brasil.

17. Os Negros nos Partidos Políticos (e arredores)

A Arnaldo Xavier, por falar da morte pra lembrar da vida
"Translunária casca de brasa eclipsangrando rósea carne
pagã Enquanto a morte lenta lenta lenta lenta
ganha própria vida escorpiã "

Da Frente Negra, muitos vieram
Mas veio, em especial, Francisco Lucrecio,



Os 20 candidatos(as) negros(as) a Vereança, participantes do Comitê Tilango de Candidaturas Negras, contendo o avanço dos bandeirantes, em frente a estátua de Brecheret, próximo a Alesp - foto Eufrate Almeida - 19 96

De galhardia incomparável mesmo quando envelhecido

Da religiosidade vieram muitos:
Da Igreja Católica, padre Batista, padre Toninho
E mais recentemente, padre Enes
- realizando obras perenes
Dos metodistas, reveren-



Imprensa da Prefeitura de São Paulo, durante a recepção a Mandela - 1991

do Santana

Do candomblé vieram yalorixás, babalorixás
Francisco de Oxum, Mãe Sylvia de Oxalá (só pra
citar)

Da OAB, o Venerando e a Penha
O Sinvaldo, o Hédio e o Zito
Sem esquecer da Deise Benedito
(Também tenho lá minhas contribuições)

Da Academia, Kabengele, Joel Rufino
Edna Roland e Cida Bento

Do movimento, Sueli Carneiro

Alzira Rufino, Ogona, Walter e Gilson Negão

Do Quilombhoje, poetas e escritores
O Cuti, a Esmeralda, o Márcio,
O Oubi, o Jamu, a Cristiane

Do Ademarismo e depois, do Movimento Negro do PDT
Veio o Osvaldo Cândido, o Candinho
Proseador, declamador e 'elegante'

Do PMDB vieram Osvaldo Ribeiro, Eduardo Joaquim
De Oliveira e o Alberto
Era o grupo negro do MDB que ocupou secretaria de estado

Aliou-se ao malufismo, mas foi
sempre PRP
Adalberto Camargo e também o
filho,
Além do próprio Degolação

Do PCdoB e da UNEGRO vie-
ram Denis e Juarez
Estudiosos e não chegados a
jargão

Do PT vieram muitos, a come-
çar por Flávio Jorge
Milton Barbosa, a própria Dulce



Edna Roland, o escrevinhador, Benedita da Silva e Vicenta no 3º Encontro Nacional de Mulheres Negras em Belo Horizonte(MG) - acervo pessoal - julho de 2001



Marcha Zumbi de 2005 com grandes ativistas - foto Ogona Zambi

- E por que não Celso
Fontana ?
O Batista, o Toninho,
O Mesquita e a Gê
Veio a imbatível Matilde Ribeiro
Todos herdeiros de Hamilton
Cardoso
Dedicados, temendo ser deserdados...

Todos biografados ou incentiva-

dos por

Eduardo Oliveira, presidente do CNAB e professor

Do Sindicalismo, a Neide, o Joãozinho

O Felipe, a Bel, a Cida, o Benê

São tantas e tantos

Não vou me esquecer do Hélio, da Tereza Santos...

São tantos artistas

O Luiz Paulo, os irmãos Santiago, o Lizar

Maurício Pestana, um grande chargista

O Gato, Arnaldo Xavier

Quantos novos do HIP HOP

Big Richard e os DJ's

Da periferia, gente que há muito sofria

A Rosângela do Jardim Brasil

O Fumaça da Silva

Dois que se foram a mil

Da Baixada Santista

A Vera, o Bartô, Anguair pra lembrar

Zé Ricardo, repito a Alzira Rufino

Dá pra fazer um samba,

Dá pra fazer um hino

Na Assembléia, período recente

O grupo negro e políticas públicas

Formou muita gente:

A Irene, o Reinaldo, a Toninha

A Márcia, a Sandra, o Marcão
O Carlinhos, o Claudinho, o Amaral
Gente de luta, sem crise
A lista feita pela Denise
A Célia, o Samuka, o Silnei
-tudo gente legal
Inclusive brancos anti-racismo:
A Leninha, eu e a Jacy
Bote o seu nome aqui, que não vou esquecer
Este é o movimento negro qu'eu conheci
E ao qual me orgulho de pertencer.

Celso Fontana, sob o pseudônimo de Tilango (abril/05)

Anexo1

O NEGRO SAINDO DA PENUMBRA DA HISTÓRIA

Em 1892, apenas quatro anos após a abolição da escravatura, foi eleito para esta Assembléia Legislativa o Deputado Alfredo Casemiro da Rocha*, 1º Deputado Estadual Negro.



Foto do livro de Oracy Nogueira

O livro “Negro Político, Político Negro”, do professor Oracy Nogueira (Edusp, 1992), prefaciado pelo Professor Antonio Cândido, conta sua história, aqui resenhada: filho de Joaquina Felipa Dantas, dona de pensão em Salvador, ‘bastardo’ (não reconhecido pelo pai), instigado pelos estudantes hóspedes, o jovem Alfredo supera barreiras econômicas e raciais e consegue ingressar, permanecer e concluir com distinção o curso de Medicina da Faculdade da Bahia, em 1877.

Advertido por sua mãe que “santo de casa não faz milagre”, vem para São Paulo clinicar, iniciando o exercício da profissão em Avaré.

Devido à afecção respiratória, vem para Capital onde é aconselhado a procurar clima adequado; conhece casualmente Benedito Veloso de Oliveira e Silva, rábula e fazendeiro em Cunha (ao noroeste do Vale do

Paraíba) que o convence a ali se estabelecer.

Recuperado, em poucos meses, aluga consultório e quarto na pensão da pracinha daquela cidade. Bom médico, noticiadas as curas de seus pacientes pelos jornais, ganha boa fama; cobra, e bem, dos ricos; trata de graça os pobres. Recebe dos remediados honorários em forma de alimentos (sacos de feijão, milho, frangos, porcos e cabritos) que manda a anfitriã preparar e distribuir aos humildes – costura com os de baixo.

Exímio jogador de baralho, convive, na mesa de jogo, com fazendeiros, escrivão, farmacêutico e os poderosos da região. No início dos anos 80, integra a Câmara Municipal, pelo Partido Republicano, chegando a presidi-la e a propugnar pela abolição da escravatura. Implantada a República, o chefe político local, diante das dificuldades de transporte da época e das qualidades comprovadas de Casemiro da Rocha propõe garantir o poder local para que ele faça a representação política da região na Capital – costura com os de cima. Embora censitário, o Dr. Rocha foi eleito, com expressiva votação para a época, exercendo o mandato pelo período regulamentar de dois anos, seguido de mandato federal até 1899.

Por lealdade com o correligionário Cerqueira Leite, fica no ostracismo até 1907, quando retorna vitorioso a esta Assembléia, permanecendo, com interrupções, até a década de 20. Prefeito de Cunha em 23/24, no ano seguinte é eleito senador estadual com mais de 100 mil votos, em mandato interrompido pelo golpe político militar de 30; em 32, mesmo idoso, oferece seus préstimos

ao comando das forças constitucionalistas concentradas em Cunha. Armando Salles de Oliveira interventor federal no Estado o nomeia Prefeito de Cunha aos 16 de dezembro, vindo a falecer treze dias depois.

O Autor do ensaio biográfico transmite, em leitura muito agradável, sugere pelo menos quatro “Nuncas” na vida do grande político biografado: nunca retornou à Bahia, nunca se enriqueceu com a política, nunca esmoreceu diante dos obstáculos raciais, nunca deixou de tentar melhorar a condição dos negros com quem conviveu. Seu discurso de posse na Prefeitura, duas semanas antes de morrer, é registro inequívoco de elevado senso de responsabilidade com a coisa pública, de dignidade política e de compromisso com os representados.

Comentando, maravilhado, a história do Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Federal e Senador Estadual Alfredo Casemiro da Rocha em roda de amigos onde encontrava-se um empresário branco (ou branco empresário), ouvi sua crítica: ‘esta história não teria nada demais se ele não fosse negro’...

Talvez não falte à crítica um ‘cadinho de razão... Mas o crítico de minha empolgação não sabe com que fome, com que sede, com que raça e com que garra os negros resistem. E como, para aqueles que lutam por novo patamar de relações raciais e por aumento da representação negra no Parlamento, é importante tirar o negro da penumbra da nossa história, tarefa para a qual o livro de Oracy Nogueira contribui decisivamente.

*Grafiar do 2º nome com 2 variantes: Cazemiro e Casimiro

Anexo 2

DISCRIMINAÇÃO RACIAL E FUNCIONALISMO PÚBLICO

Sugeri à ilustre editora deste “O Jornal” que incluisse um artigo sobre o tema “Racismo e Serviço Público” ou como formulado no título deste mini ensaio. Trata-se de assunto de difícil compreensão para nós brasileiros, mal-acostumados à crença no mito da democracia racial ou na pretensa cordialidade do racismo. Dentro da amplitude dos temas, poderíamos refletir sobre as práticas discriminatórias existentes em relação aos usuários dos serviços públicos, por questão de cor/raça, relatando diversos casos de tratamento desigual e de inacessibilidade a serviços públicos pela comunidade negra, com cidadãos tratados como sub-cidadãos, a carente infra-estrutura de serviços nos bairros de concentração de moradores negros, etc.. Mas neste pequeno artigo proponho refletir sobre o tratamento desigual dado aos funcionários negros na seleção e no desenvolvimento da carreira funcional.

Em linguagem mais simples, é de se perguntar se o acesso e a trajetória ocupacional dos servidores desta Assembléia está efetivamente garantindo o

direito à igualdade e o respeito às diferenças de cor/raça e gênero, ou seja, há diretores e chefes negr@s ? Os negr@s têm sido preteridos em promoções ? Concorrem em condições de igualdade ?

Sobre esta temática, importante divulgar a existência de normas constitucionais e da Convenção 111 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que vedam práticas discriminatórias. Neste sentido, o Estado Brasileiro e as Instituições como a Assembléia Legislativa deste Estado devem, além de não praticarem as discriminações, propor e desenvolver políticas para a promoção da igualdade. Significa dizer que a Mesa Diretora da Alesp, a direção do Departamento de Recursos Humanos e os ocupantes de cargos da Administração devem, constatada a existência de tratamento desigual, propor e executar medidas tendentes a eliminá-la.

Em síntese, três passos: verificar a existência de tratamento desigual; constatada, propor medidas e acompanhar sua efetivação.

Como verificar a existência, ou não, de tratamento desigual @s funcionári@s negr@s na Assembléia ? Através de uma pesquisa que possibilite avaliar. Há experiências neste sentido? Há duas experiências de que tenho conhecimento: as das Prefeituras de Belo Horizonte e de Santo André, realizadas pelo CEERT – Centro de Estudos de Relações de Trabalho e Desigualdade, ambas abrangendo não só a questão de raça/cor como a de gênero. Nas reflexões da psicóloga Maria Aparecida Silva Bento, diretora da citada ONG e nas minhas próprias, afirmamos que as discriminações se operacionalizam em especial nos momentos de avaliação de desempenho e de encaminhamento de pessoal para treinamento, no serviço público e no recrutamento e seleção, no mercado privado. A Mestre em Psicologia pela PUC/SP afirma que, detalhando a pesquisa sobre estereótipos e preconceitos, verificou como eles interferem na avaliação do trabalho, nos testes e nas entrevistas..

É de se ressaltar que a ALESP reconheceu a existência externa de racismo através da criação do serviço S. O . S.- Racismo. O esforço necessário, agora, é reconhecer a existência de racismo aqui dentro, e atuar para mudar. Temos de reconhecer e influir no imaginário do pessoal que decide, inclusive do pessoal de RH.

É de se indagar se, ao formularmos o “perfil” do “bom” funcionário, não tenhamos embutido nos estereótipos a cor e o gênero deste funcionário.

Está na hora de sabermos e aperfeiçoarmos o comportamento da Administração e do funcionalismo em relação a@s funcionári@s negr@s. Estou plenamente convicto de que, se não tomarmos – Administração, entidades do funcionalismo e ativistas, medidas concretas, a concentração de trabalhador@s negr@s continuará sendo em empresas terceirizadas com salários e condições de trabalho muito precários, como limpeza, serviços gerais, ascensoristas e na ocupação de cargos subalternos. Indispensável promover, aumentar as oportunidades de ascensão funcional, em especial, das mulheres negras, duplamente discriminadas sob pena de nunca praticarmos democracia pra valer nesta Instituição. Não é eticamente sustentável que o enorme segmento de mulheres negras fique excluído das promoções. Para um primeiro artigo esta colocação geral do problema pode ser útil, mas gostaria de propor ao Departamento de

Recursos Humanos a realização de um Painel de Debates sobre o tema. Estaremos assim, seguindo rumo às estrelas, apaixonados por esta luta que melhora a face humana do funcionalismo público e dignifica a nossa profissão. Celso Fontana é agente técnico legislativo e advogado de entidades negras

Anexo3

Conceitos: PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO, GENOCÍDIO E RACISMO.

“E dentro da delegacia, em Maputo, o policial, agente da polícia política portuguesa (DINA), interrogando o nativo moçambicano João Passarinheiro:

-Qual é sua raça, negro ?

-Eu sou da raça de João Passarinheiro !

E depois de um tapa, a repetição da pergunta, e a resposta firme:

-Cada homem é um universo muito grande, eu sou da raça de João Passarinheiro!”

(escrito de memória do livro de contos do escritor moçambicano Mia Couto)

No dicionário de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira encontramos a definição de preconceito: “conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; 2. julgamento ou opinião formada sem se levar em conta o fato que os conteste; prejuízo; 3. superstição, crença, prejuízo; 4. suspeita, intolerância, ódio irracional ou aversão a outras raças, credos, religiões, etc .”

A professora Marilena Chauí disserta sobre a formação do sistema de preconceitos, afirmando-os como a cristalização do senso comum como “modo de pensar e de sentir uma sociedade”. Conceitua senso comum como “o conjunto de crenças, valores, saberes e atitudes que julgamos naturais porque foram transmitidos de geração em geração (...) sem questionamentos”. Referiu-se ao pensamento de Spinoza que “localizou a origem dos preconceitos em duas paixões: o medo e a esperança – medo de que males ocorram e bens não aconteçam e a esperança de que males não ocorram e bens aconteçam”

Da compreensão do significado da palavra preconceito resta a convicção que o preconceito restringe-se à esfera do pensamento. Trata-se de um pensamento torto, falso, que resulta em opinião mal fundada. Mas enquanto o preconceito cinge-se internamente ao cérebro, na medida em que somos defensores do direito à liberdade de pensamento, fora do processo cultural e educacional, nada há a fazer.

O professor Dalmo de Abreu Dallari enumera cinco fatores que dão origem ao preconceito: a ignorância, a educação domesticadora, a intolerância, o egoísmo e, coincidindo com Spinoza, o medo. Elenca seus efeitos: perda do respeito pela pessoa humana, restrição da liberdade, introdução da desigualdade, estabelecimento e fomento à discriminação e promoção da injustiça. E ressalta

a ignorância como a maior ‘sementeira’ do preconceito, a falta de estímulo ao desenvolvimento do espírito crítico, a intolerância como ‘irmã gêmea da ambição desprovida de barreiras éticas’, o egoísmo despreocupado com a justiça e o medo como legitimador da violência preventiva enraizada no pensamento “Todo negro pobre é criminoso”

No resumo do objeto da Lei 7716/89 vê-se: ‘pune os crimes resultantes do preconceito de raça ou de cor’. Ao externar o pensamento preconceituoso, o agente comete uma ação, uma discriminação, tão concreta e material que causa um prejuízo, também concreto, que deve ser reparado, indenizado.

Sinteticamente podemos falar que preconceito é (má) idéia e discriminação é ação.

O terceiro conceito é o de genocídio, que pode ser conceituado como um conjunto de ações violentas que procuram exterminar um grupo humano. Racismo é o invólucro, o espaço geral que engloba tudo isto.

A partir da fixação destes conceitos iniciais, poderemos avançar em nossos estudos sobre discriminação racial.

Ressalte-se, também, que raça é uma classificação histórica associada ao processo escravagista. Raça serve em especial para atribuir características fictícias para um grupo que se quer discriminar. Nos dizeres do pensador Gustavo Binenbojm, “o racismo é que define raça, e não o contrário”.

Sobre isto a já citada filósofa Marilena Chauí, respondendo a pergunta formulada em debate sobre preconceito, situa a origem do uso do pseudo-conceito ‘raça’ no século XIX, quando o Império Britânico teve de justificar suas ações imperialistas e a abolição da escravatura nos diversos países da América foi levada a efeito.

A única raça existente é a humana e o racismo consiste justamente na idéia ou ato de apartar alguém de determinado grupo como se o sujeito integrasse uma raça à parte.

Segundo o ministro Maurício Corrêa, cuja atuação no “caso Ellwanger” foi decisiva, “com a definição e o mapeamento do genoma humano, cientificamente não existem distinções entre os homens, seja pela pigmentação da pele, formato dos olhos, altura, pêlos ou por quaisquer outras características físicas, visto que todos se qualificam como espécie humana. Não há diferenças biológicas entre os seres humanos. Na essência são todos iguais”.

Evolução Histórica do Estado diante da Discriminação no Brasil

O Estado Colonial Brasileiro, assim como o Império, regulamentavam o tráfico transatlântico e interno de escravos da África Negra e seus descendentes, negando inclusive personalidade aos negros cativos. Significa dizer que o negro escravizado era objeto de direitos e não sujeito, embora houvesse vedação legal de maus tratos exorbitantes. Numa primeira fase, portanto, o Estado Colonial e o Império Brasileiro foram beneficiários da exploração do trabalho da população negra escravizada e das taxas de importação e comércio das ‘peças’ compradas e vendidas nos entrepostos de escravos.

Com o processo lento da abolição da escravidão, passando pelas etapas

da proibição do tráfico negreiro, da Lei do Ventre Livre e do Sexagenário até a assinatura da Lei Áurea, como demonstra Joseli Nunes em *Cenas da Abolição*, o próprio Estado era o regulador e avalizador da escravidão. A abolição, processo conflituoso que marcou profundamente a sociedade brasileira no último quartel do século XIX trouxe consigo a total omissão indenizatória das vítimas do escravismo. As discussões parlamentares tratavam quase só da indenização, que também acabou não ocorrendo, dos escravocratas. De regulador/cobrador a omissão, vai-se até a Revolução de 30.

Enormes obstáculos ao ingresso dos trabalhadores negros no mercado de trabalho. Na ferrovia, somente foram aceitos a partir de 1.902; até na estiva do Porto de Santos eram recusados. Recusou-se-lhes o direito ao voto, restrito aos alfabetizados pelo Constituição de 91, três anos apenas após a abolição formal. O direito à terra e à educação também foi recusado aos escravos e a seus familiares.

Organizada a Frente Negra Brasileira, o Estado Novo Vargasista a coloca na clandestinidade em 38, embora, assim como na Guerra do Paraguai, incentive-se o alistamento militar dos negros para a 2ª. Grande Guerra.

A partir da década de 60 técnicos do Ministério do Trabalho preconizam a adoção de medidas para garantir o acesso e a permanência de trabalhadores negros nos empregos.

O Estado, entretanto, ainda apresenta a marca da omissão. A ditadura militar chega a retirar o quesito cor do Censo do IBGE de 1980, e um dos ditadores, Gal. Geisel declina de convite para evento da Mãe Preta, imagem alusiva incentivada pelas entidades negras, alegando discriminação racial às avessas. Com a redemocratização, foi criada a Fundação Cultural Palmares, durante o governo Sarney, iniciativa tímida por restringir sua atuação à cultura mas avanço em relação à atitude omissiva. Fervilham Conselhos e Coordenadorias Estaduais e Municipais da Comunidade Negra. Em 1988 há importantíssima mobilização do anti-racismo em torno do Centenário da Abolição.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, os ativistas do movimento negro organizaram a vitoriosa Marcha contra o Racismo, cujo destino era Brasília, que resultou na criação de uma Comissão Interministerial sobre a matéria, passo adiante da Fundação Palmares. O governo reconheceu formalmente a existência de racismo contra negros e houve grande movimentação dos ativistas e alguma iniciativa governamental para a participação do Brasil na IIIª Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Outras Formas Correlatas de Intolerância, realizada em agosto/setembro de 2001 em Durban, África do Sul, precedida de conferências e encontros regionais e nacional.

A IIIª Conferência contra o Racismo, organizada pela ONU, com agenda dos Estados-membros e fórum paralelo de ONGs resultou em agenda propositiva para o Brasil e demais países, tendo sido, inclusive, eleita uma mulher negra brasileira para relatora.

Os Estados Unidos e Israel retiraram-se da Conferência quando houve proposta de votação do sionismo como forma de racismo. A União Européia recusou-se a referendar a proposta de que o tráfico internacional de escravos foi

um crime contra a Humanidade, ao que parece, temendo obrigações indenizatórias.

Com o advento do Governo Lula foi criada a Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial, Seppir, fortalecida a Fundação Palmares e iniciada uma série de viagens presidenciais e das suas delegações para países africanos, resultando em aproximação comercial, humanitária e cultural com estes países. Firmou-se o debate sobre políticas públicas e cotas para negros na Universidade. O movimento negro prepara agora os eventos Marcha contra o Racismo + 10 e Durban + 5.

E o Legislativo diante de tudo isto: como é que se porta ?

Anexo 4

Relação de Participação dos Deputados Negros nas Comissões da Alesp

Esmeraldo Tarquínio

1963 MTR
C. Divisão Administrativa e Judiciária - efetivo
C. Redação - Substituto.

1964
C. Constituição e Justiça – subst.
C. Educação e Cultura – efetivo
C. Redação – Subst.

1965
C. Constituição e Justiça – efetivo
C. Saúde e Higiene – subst.
C. Divisão Administrativa e Judiciária - efetivo

1967 MDB
C.C.J. – Efetivo
C. Finanças – Subst.
C. Agricultura – substituto
C. Transportes e Comunicações – efetivo

Theodosina Ribeiro

1973 MDB

C. Educação – efetiva

1974

C. Educação – efetiva

C. Promoção Social – subst.

1975

C. Educação – efetiva

C. Promoção Social – subst.

C. Relações do Trabalho – subst.

1977

C. Educação – efetiva

C. Promoção Social – subst.

C. Saúde e Higiene – Subst.

1978

C. Educação – efetiva – Presidente

C. Cultura Ciência e Tecnologia – efetiva

1980

C. Educação – efetiva

C. Saúde e Higiene – Subst.

1981 PDS

C. Educação – efetiva

Benedito Cintra

1983/84 PMDB

C. Administração Pública – subst.

C. Segurança Pública – efetivo

C. Relações do Trabalho – efetivo

1985/86

C. Administração Pública – subst.

C. Segurança Pública – efetivo

C. Relações do Trabalho – efetivo

João do Pulo

1987/98 PFL
C. Esportes e Turismo – efetivo
C. Agricultura e Pecuária – subst.
C. Saúde e Higiene – subst.
C. Redação – efetivo

1989/90
C. Esportes e Turismo – efetivo Vice-Presidente
C. Saúde e Higiene – subst.
C. Relações do Trabalho – subst.
C. Promoção Social – efetivo

1991/92
C. Esportes e Turismo – efetivo Presidente

1993/94 PL
C. Esportes e Turismo – efetivo Presidente
C. Saúde e Higiene – subst.

Nelson Salomé

1991/92 PDS
C. Saúde e Higiene – efetivo
C. Promoção Social – subst,

1993/94 PL
C. Saúde e Higiene – efetivo
C. Promoção Social – efetivo

1997/98
C. Saúde e Higiene – efetivo
C. Promoção Social – subst,
C. Cultura Ciência e Tecnologia – subst.

1999/2000
C. Saúde e Higiene – efetivo
C. Promoção Social – efetivo

2001/02 PSDB
C. Saúde e Higiene – efetivo
C. Defesa dos Direitos do Consumidor – efetivo

Nivaldo Santana

1995/96 PCdoB
C. Relações do Trabalho – efetivo Presidente
C. Administração Pública – subst.

1997/98
C. Relações do Trabalho – efetivo
C. Administração Pública – subst.
C. Direitos Humanos – subst.

1999/00
C. Relações do Trabalho – efetivo
C. Serviços e Obras Públicas - efetivo
C. Administração Pública – subst.
C. Saúde e Higiene – subst.

2001/02
C. Relações do Trabalho – efetivo Presidente
C. Saúde e Higiene – subst.
C. Administração Pública – subst.
C. Assuntos Internacionais – efetivo

2002/03
C. Relações do Trabalho – efetivo Vice-Presidente
C. Serviços e Obras Públicas - efetivo
C. Administração Pública – subst.
C. Assuntos metropolitanos – subst.

2005
C. Serviços e Obras Públicas - efetivo
C. Relações do Trabalho – efetivo
C. Legislação Participativa – efetivo
C. Direitos Humanos – subst.
C. Defesa dos Direitos do Consumidor – subst.
C. Assuntos metropolitanos – subst.

Marcelo Cândido

2003/04 PT
C. Direitos Humanos – subst.
C. Assuntos metropolitanos – efetivo.
C. Relações do Trabalho – efetivo
C. Serviços e Obras Públicas – subst.
C. Economia e Planejamento – Subst.

Sebastião Arcanjo

2003/04 PT
C. Defesa dos Direitos do Consumidor – efetivo.
C. Serviços e Obras Públicas - efetivo Presidente
C. Relações do Trabalho – subst.
C. Esportes e Turismo – subst.

2005
C. Defesa dos Direitos do Consumidor – efetivo.
C. Serviços e Obras Públicas - efetivo
C. Esportes e Turismo – efetivo
C. Relações do Trabalho – subst.

Anexo 5

Documento para a 1a Conferência Nacional de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial – Brasília – 30 de junho a 2 de julho de 2005

BRANCOS E RELAÇÕES RACIAIS

Para contribuir com o processo de organização da Conferência de Promoção da Igualdade Racial, reunimo-nos num pequeno grupo de brancos anti-racismo e subscrevemos as seguintes reflexões compartilhadas:

A identidade dos brancos é construída na relação entre si e na relação com os negros e com outros grupos.

Diferentemente da saudável auto-estima, o complexo de superioridade, decorrente da histórica e atual desigualdade racial, em particular em São Paulo e no Brasil, é fonte de sofrimento, inclusive para os brancos, na medida em que provoca neuroses comportamentais no cotidiano (que nada tem de cordiais) e até psicoses, expressas, no limite, pelos grupos racistas e neo-nazistas.

Nós, brancos anti-racismo, entendemos que a luta efetiva contra a violência do racismo e da desigualdade nas relações raciais é o caminho seguro para a humanização e pacificação da nossa sociedade, mesmo estando conscientes de que este entendimento ainda não esteja amplamente assumido e aprendido entre os brancos. Educar e reeducar para a igualdade racial é a nossa principal tarefa, e dela somos também alunos.

Ainda que o racismo garanta privilégios aos brancos, especialmente homens e ricos, sua manutenção impede a construção do caminho da paz, conforme os ensinamentos aprendidos da análise do conflito racial de Los Angeles, resultada da reação, negra e popular, à violência a que foi submetido Rodney King.

‘Não há paz, sem Justiça’ foi a palavra de ordem, a nosso ver correta, da imensa manifestação ocorrida.

Apoiamos a discussão, sem delongas, e a implementação de políticas de reparações para os povos negro e indígena visando a construção de um novo patamar de relações raciais que beneficiará, inclusive, a maioria dos brancos, pela afirmação de valores como a igualdade, a solidariedade e o respeito às diferenças.

Entendemos ser importante definir, inclusive, as fontes de recursos para a criação de um fundo financeiro para políticas de reparações, de modo que recaia, fortemente, sobre os setores bancário, industrial e agrário, que se locupletaram com o comércio escravista, com o trabalho escravo e com o racismo.

Queremos, finalmente, aumentar as fileiras dos brancos anti-racismo e haveremos de encontrar mecanismos, como, por exemplo, a criação de um comitê nacional de solidariedade inter-étnica, com o objetivo de enfrentar os conflitos e fortalecer as bandeiras anti-racismo.

Que os avanços do movimento negro, conquistados no período mais recente, sejam aprofundados nas instituições públicas e privadas; que as conquistas avancem, cada vez mais, na direção da cidadania plena para todos.

De São Paulo para Brasília, 29 de junho do ano nacional de promoção da igualdade racial.

Observações: 1. subscrevem o documento 5 funcionári@s da Alesp, inclusive este escrevinhador que foi o proponente; 2. Por não ter sido apresentado na Conferência Estadual, foi apenas lido em um dos grupos de trabalho da Conferência Nacional; 3. Para a 2a. Conferência pretendemos organizar um coletivo denominado BARCO DA IGUALDADE (Brancos Anti-Racismo pela construção da IGUALDADE)

18. Bibliografía Utilizada:

ABONG – Cadernos da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – A Abong na 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial - organizado por Mônica Oliveira et al. São Paulo – Editado sob a responsabilidade de Denise Gomide - Nº 32 – maio de 2005

ACERVO HISTÓRICO – Revista da Divisão de Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, nº 3 – 1º semestre de 2005 – Imprensa Oficial – “O Parlamento e as Ruas na Abolição”, artigo de Mendonça, Joseli Maria Nunes e “A Insurreição dos Escravos no Vale do Paraíba”, artigo de Gonçalves, Marcos Couto.

AFROPARLAMENTO – Informativo do Núcleo de Parlamentares Negros do PT no Congresso Nacional – Brasília – Nupan – 2005

AMMA – PSIQUE E NEGRITUDE & QUILOMBHOJE – Gostando Mais de Nós Mesmos – Perguntas e respostas sobre auto-estima e questão racial – São Paulo – Editora Gente - 1999

BARBOSA, Irene Maria F. – Socialização e Relações Raciais: Um estudo de família negra em Campinas – São Paulo – FFLCH/USP – 1983

BARBOSA, Wilson do Nascimento e SANTOS, Joel Rufino – Atrás do Muro da Noite (Dinâmica das culturas afro-brasileiras) – Brasília – MinC e Fundação Cultural Palmares - 1994

BOBBIO, Norberto – Elogio da Serenidade – tradução de Marco Aurélio Nogueira – São Paulo - Editora da Unesp – 2002

BOBBIO, Norberto – O Conceito de Sociedade Civil – Rio de Janeiro- Editora Graal – Reimpressão de 94 da Edição de 1982

CONFERÊNCIA NACIONAL ELEITORAL DE CANDIDATOS(AS) NEGROS(AS) OU ANTI-RACISMO – publicação de divulgação – São Paulo - DN/PT - 2000

CUTI e FERNANDES, Maria das Dores – Consciência Negra do Brasil: Os Principais Livros – Belo Horizonte – Mazza Edições – 2002

DEGLER, Carl N. – Nem Preto Nem Branco – Escravidão e Relações Raciais no Brasil e nos EUA – Rio de Janeiro - Editorial Labor do Brasil S/A-

1971

FARIA, Antonio Augusto da Costa e BARROS, Edgard Luiz de – Os Abolicionistas – São Paulo – Editora Ática – 2000

FERNANDES, Florestan – Sociologia crítica e militante – organizado por Octavio Ianni – São Paulo – Editora Expressão Popular – 2004

FERNANDES, Florestan – Significado do Protesto Negro – São Paulo - Cortez Editores e Autores Associados - 1989

FERRARA, Miriam Nicolau – A Imprensa Negra Paulista (1915-1963) – São Paulo – FFLCH/USP – 1986

FONTANA, Celso et alli – Abolição: 99 anos de Farsa – artigo publicado na pág. 3 do jornal Folha de S. Paulo – 13 de maio de 1987

FONTANA, Celso – Etnia e Eleições – artigo incluso no Dossiê Véspera – Agência Ecumênica de Notícias - 1993

FONTANA, Celso et alli – Relações Raciais, o PT e as Eleições Municipais de 2000 – São Paulo - impresso pelo DN/PT – 1999

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo e HUNTLEY, Lynn – Tirando a Máscara – Ensaio sobre o Racismo no Brasil – São Paulo - Editora Paz e Terra - 2000

IANNI, Octavio et alli – O Negro e o Socialismo – São Paulo – Editora da Fundação Perseu Abramo – 2005

LAHUERTA, Milton – A Democracia Difícil: Violência e Irresponsabilidade Cívica – inserido na Revista Semestral do Dpto de Sociologia da Unesp de Araraquara – ano 6 – nº 10 – 1º semestre de 2001

MAPA da População Negra no Mercado de Trabalho, editado pelo INSPIR – Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial e DIEESE – São Paulo - 1999

MARQUES, Abílio Aurélio da Silva – Indicador de São Paulo – Administrativo, Judicial, Industrial, Profissional e Comercial para o ano de 1878 – Edição Fac-similar – Imesp – 1983

MEDEIROS, Carlos Alberto – Na Lei e na Raça – Legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos – Rio de Janeiro – DP&A Editora - 2004

MENDONÇA, Joseli Nunes – Cenas da Abolição – Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça – São Paulo – Ed. Fund. Perseu Abramo – 2001

MOURA, Clóvis – A República dos Palmares e seu Significado Sócio-Político – Homenagem do PCdoB – São Paulo – Edição do Partido - 1995

MUNANGA, Kabengele – organizador – Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial – São Paulo – Edusp - 1996

NASCIMENTO, Abdias – Gabinete do Senador – Thoth – Escriba dos Deuses – Pensamento dos Povos Africanos e Afrodescendentes – Brasília – 1998

NOGUEIRA, Marco Aurélio – Em Defesa da Política – São Paulo – Editora Senac – 2001

NOGUEIRA, Marco Aurélio – Revista Espaço Acadêmico – julho de 2005

NOGUEIRA, Oracy – Negro Político, Político Negro – A vida do Doutor Alfredo Casemiro da Rocha - São Paulo – Edusp – 1992

PINSKY, Jaime – organizador – Doze faces do Preconceito – São Paulo – Editora Contexto - 1999

QUILOMBHOJE – organizador – Frente Negra Brasileira – depoimentos – entrevistas e textos: Márcio Barbosa – São Paulo – 1998

RAMALHO, Elba Braga – Luiz Gonzaga, a Síntese Poética e Musical do Sertão – Ceará – Caca Artes Gráficas – 2004 – 3a edição

SANTANA, Nivaldo – 10 anos de mandato – publicação do Gabinete do Deputado – São Paulo – Alesp - 2005

SANTOS, Fabiano – organizador - O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergência - Rio de Janeiro – Editora FGV – 2001

SANTOS, Milton – Território e Sociedade - entrevista com – São Paulo

– Editora da Fundação Perseu Abramo - 2000

SANTOS, Regina Bega dos – Migração no Brasil – São Paulo – Editora Scipione - 1994

SARTRE, Jean-Paul – Reflexões sobre o Racismo – São Paulo – Difusão Européia do Livro – 1960

SCHWARCZ, Lilia Moritz – Retrato em Branco e Negro – jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX – São Paulo – Companhia das Letras – 1987

SCHWARCZ, Lilia Moritz – O Espetáculo das Raças – São Paulo – Companhia das Letras – 1993

SILVA, Jorge da – Direitos Civis e Relações Raciais no Brasil – Rio de Janeiro – Editora Luam - 1994

SILVA, Nelson Fernando Inocêncio da – Consciência Negra em Cartaz – Brasília – Editora da UnB – 2001

VALENTE, Ana Lúcia E.F. – Política e Relações Raciais – Os Negros e as Eleições Paulistas de 1982 – São Paulo - FFLCH/USP – 1986

XAVIER, Arnaldo – LUDLUD – São Paulo – Casa Pindahiba - 1997

Secretário-Geral Parlamentar
Marco Antonio Hatem Beneton

Diretor do Departamento de Comunicação
Guilherme Wendel de Magalhães

Diretor da Divisão de Imprensa
Henrique Silveira Neves

Diretor do Serviço Técnico de Editoração e Produção Gráfica
João Batista Ramos Gammaro

Fotografias

José Antônio Teixeira
Marco Antônio Cardelino
Maurício Garcia de Souza
Roberto Navarro

Diagramação

Luiz Fernando dos Santos Duarte
Patricia Yamamoto



**ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA**
O Poder do Cidadão

www.al.sp.gov.br